



**Confederação
Brasileira
Do Desporto
Universitário**

CBDU

Folha nº
Rub. _____

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO
SETOR DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023

**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO DE
VIAGENS E EVENTOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO CORPORATIVO E
EM EVENTOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, PARA ATENDER ÀS
NECESSIDADES DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERISTÁRIO –
CBDU**

**ABERTURA DIA 17 DE AGOSTO DE 2023
ÀS 14 HORAS**

 WWW.CBDU.ORG.BR

 [/CBDU.BRASIL](https://www.facebook.com/CBDU.BRASIL)  [@CBDU](https://twitter.com/CBDU)

 [@CBDU](https://www.instagram.com/CBDU)  [/CBDUTV](https://www.youtube.com/CBDUTV)

TEL: + 55 61 3447-1113

E-MAIL: CBDU@CBDU.ORG.BR

SGAN 905, MÓDULO E. BRASÍLIA / DF - CEP: 70.790-054

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2023

A **Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, neste ato representado por seu Presidente **Luciano Cabral**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará processo seletivo, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR VALOR GLOBAL POR TAXA DE TRANSAÇÃO DE AGENCIAMENTO DOS SERVIÇOS CORRELATOS**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DA ABERTURA

1.1. A abertura do certame será na data, hora e local abaixo:

DATA: 17/08/2023

HORA: 14 horas (horário de Brasília)

LOCAL DA SESSÃO: Através do site www.novobbmnet.com.br

1.2. Apesar das disposições constantes na plataforma da BBMNET, o presente processo seletivo será regido pela Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário.

1.3. O Pregão será realizado por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

2. DO EDITAL

2.1. O Edital e Anexos encontram-se disponíveis para conhecimento e obtenção pelos interessados no site da CBDU (www.cbdu.org.br), no portal da BBMNET (www.novobbmnet.com.br) ou por e-mail (selecao@cbdubrasil.org.br).

2.2. Todos os horários estabelecidos neste Edital, avisos e durante a Sessão Pública obedecerão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília – DF.

2.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

3. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

3.1. O presente processo seletivo tem como objeto contratação de pessoa jurídica especializada em gerenciamento de viagens e eventos, para prestação de serviços no âmbito corporativo e em eventos de pequeno, médio e grande porte, para atender às necessidades da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I, parte integrante

deste Edital.

- 3.1.1. A prestação dos serviços compreenderá os serviços de emissão de passagem aérea, transporte terrestre e aquaviário, rodoviários e metroferroviários intermunicipais, interestaduais e internacionais, hospedagem, reservas de salas ou espaços necessários para realizações de eventos, serviço de buffet ou alimentação, atendimento em aeroporto, infraestrutura e/ou outros serviços necessários a realização de viagens ou eventos nacionais e/ou internacionais nos quais participem funcionários, atletas e/ou terceiros designados pela CBDU.

4. DO QUANTITATIVO, VALORES E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Qtd. Estimada	V. Unitário	V. Total
1	1	Agenciamento de passagens.	Serviço	2500	R\$ 20,00	R\$ 50.000,00
	2	Taxa de transação por serviços correlatos	Serviço	10%	-	R\$ 1.200.000,00

- 4.1. O valor máximo estimado pela CBDU referente aos valores reservados exclusivamente para despesas de responsabilidade da CBDU, com pagamentos de passagens nacionais/internacionais, hospedagem com alimentação e traslado e demais serviços correlatos é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões).
- 4.2. Não será objeto de lances o valor definido no item 1 do Grupo 1, devendo as empresas participantes registrar o mesmo valor estipulado pela CBDU, quando da formulação da sua proposta.
- 4.3. O item 1 do Grupo 1 refere-se à remuneração da empresa pelo serviço de agenciamento de passagens e **NÃO SERÁ OBJETO DE FORMULAÇÃO DE PREÇOS E DE LANCES** pelas empresas participantes.
- 4.4. O item 2 do Grupo 1 refere-se à remuneração da empresa pelo serviço de agenciamento dos serviços correlatos (hospedagem, transporte, eventos, etc.), e **SERÁ OBJETO DE FORMULAÇÃO DE PREÇOS E LANCES** pela empresa participante.
- 4.4.1. **O percentual máximo da taxa de transação por serviços correlatos é de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado e o percentual mínimo é de 4% (quatro por cento) sobre o valor estimado.**
- 4.4.2. **A empresa participante que ofertar percentual pela taxa de transação por serviços correlatos inferior a 4% (quatro por cento) será desclassificada, considerando que após pesquisa de mercado foi constatado o risco de ser inexecúvel.**
- 4.5. O valor da taxa de transação proposta englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e

quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste Termo de Referência. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

- 4.6. Todas as especificações para execução do serviço encontra-se no Termo de Referência (Anexo I), devendo aquelas serem observadas rigorosamente quando da elaboração da Proposta Financeira.
- 4.7. Em caso de discordância existente entre as especificações técnicas descritas no sistema BBMNET e as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), prevalecerão as últimas.
- 4.8. O valor da proposta englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste Edital.

5. DAS DESPESAS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários repassados nos termos da Lei Federal nº 9.615/98 (Lei Pelé), da Lei nº 13.756/2018 (Lei Agnelo-Piva) e portaria nº 392/2018, ou recursos advindos de parcerias públicas ou privadas, podendo ainda figurar mais de uma fonte, bem como recursos repassados pelo Comitê Olímpico Brasileiro – COB.

6. DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

- 6.1. O presente processo seletivo é exclusivamente dirigida a pessoas jurídicas legalmente constituídas e estabelecidas no território nacional, de ramo compatível com o objeto deste processo seletivo, que satisfaçam as condições e exigências do presente Edital, inclusive quanto à regularidade da documentação, e que estiverem previamente credenciadas na plataforma de licitações eletrônicas provida pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, por meio do site eletrônico www.novobbmnet.com.br.
- 6.2. A empresa participante deverá apresentar endereço para correspondência eletrônica, através do qual serão feitas preferencialmente as comunicações oficiais, tendo a empresa o dever de mantê-lo atualizado e verificá-lo periodicamente.
- 6.2.1. O envio de correspondência eletrônica terá validade para efeitos de contagem de prazos para todos os fins deste edital, bem como da ata de registro de preços e do contrato, conforme o caso.
- 6.3. Não poderão participar deste processo seletivo, direta ou indiretamente, empresas:
- a) que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o processo seletivo versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados
 - c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou

detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando o processo seletivo versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários

- d) que se encontre, ao tempo do processo seletivo, impossibilitada de participar do certame em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo seletivo ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- g) que incidam em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece as hipóteses em que as pessoas jurídicas não podem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI;
- h) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- i) que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
- j) consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição; e
- k) empregados da CBDU;

6.4. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de uma empresa participante no presente processo seletivo.

6.5. Cada empresa participante apresentará uma só proposta, de acordo com as exigências deste Edital.

6.6. A simples participação no presente certame implica a empresa participante, a ciência e aceitação de todas as condições descritas neste edital e seus anexos; sendo-lhes devido ainda o conhecimento e a sujeição incondicional e irrestrita das regras disciplinares acima estabelecidas.

6.7. A empresa participante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do processo seletivo.

6.8. Os documentos apresentados neste processo seletivo deverão estar em nome da empresa participante,

com um único número de CNPJ e no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

- 6.9. O CNPJ apresentado pela empresa participante para sua habilitação será, obrigatoriamente, o mesmo a emitir a nota fiscal/fatura correspondente à prestação do serviço.

7. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 7.1. Qualquer pessoa física ou jurídica, até 03 (três) dias úteis anterior à data fixada para a abertura da sessão pública poderá solicitar ESCLARECIMENTOS e/ou IMPUGNAR o presente processo seletivo, através da plataforma da BBMNET.

7.1.1. A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

7.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos vincularão os participantes e a CBDU.

7.1.3. O prazo para impugnação deste Edital é decadencial e as petições protocoladas após o prazo serão consideradas intempestivas.

7.1.4. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá a Pregoeira decidir sobre a petição, no prazo previsto no item 7.1.1.

7.1.5. As respostas aos esclarecimentos e às impugnações apresentadas serão divulgadas pelo sistema eletrônico.

- 7.2. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e a Pregoeira, membros da Equipe de Apoio e demais empregados da CBDU.

- 7.3. Eventuais modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

8. DO CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES

- 8.1. Para participar deste Pregão, a empresa participante deverá credenciar-se na plataforma de licitações eletrônicas provida pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, por meio do sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br.

8.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, pelo qual poderão também informar-se a respeito do seu funcionamento.

a) O uso da senha de acesso pela empresa é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante. Não caberá ao provedor

do Sistema ou a CBDU responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

b) A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

c) A CBDU não é unidade cadastradora do Sistema Eletrônico. As empresas interessadas em participar do processo seletivo deverão verificar no site da BBMNET as unidades cadastradoras do sistema para a entrega da documentação pertinente.

8.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da empresa participante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

8.1.3. Caberá às empresas participantes responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da CBDU por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. As empresas participantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente**, com os documentos de habilitação exigidos no edital, **em campo próprio**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. A proponente deverá cadastrar a sua proposta inicial conforme modelo disposto no Anexo II, observado o disposto no item 11.1.2 deste Edital no que diz respeito a sua não identificação. A elaboração da taxa de transação por agenciamento dos serviços correlatos (item 2) a ser encaminhado como lance inicial de preço deve ser feita considerando o estabelecido no item 1.6 do Termo de Referência (Anexo 01).

9.3. Não será aceito proposta ou lance em taxa de agenciamento dos serviços correlatos (item 2) com percentual menor que 4% (quatro por cento).

9.4. Até o horário marcado para abertura da sessão, as empresas participantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

9.5. A empresa participante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante. Não caberá ao provedor do sistema ou a CBDU responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.6. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas financeiras serão de

responsabilidade exclusiva da empresa participante, não cabendo qualquer responsabilidade a CBDU, inclusive pelas transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou de eventual desconexão.

- 9.7. A apresentação da proposta financeira implicará em plena aceitação, por parte da empresa participante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 9.8. A elaboração da proposta financeira é de inteira responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo a desistência, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital ou na Política de Compras da CBDU.
- 9.9. Ao apresentar sua proposta o proponente concorda especificamente com as seguintes condições:
- 9.9.1. Os serviços ofertados deverão atender todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.
- 9.9.2. As taxas deverão ser consideradas em relação aos valores em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o VALOR UNITÁRIO que será calculado o VALOR TOTAL GLOBAL.
- 9.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, forem omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.
- 9.11. É facultado ao pregoeiro realizar diligências para sanar falhas formais da proposta, a exemplo de: erros numéricos, erros de cálculo, divergência entre preços unitários, subtotais e final.**
- 9.12. Quaisquer inserções que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão neste Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se na proposta o que não for conflitante com as disposições aqui contidas.
- 9.13. A documentação anexada no sistema deve estar, de preferência, na ordem de exigência dos documentos prevista neste edital.
- 9.14. Os documentos devem ser inseridos em formato PDF e assinados.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 10.1. A abertura do presente processo seletivo dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, no site www.novobbmnet.com.br, na data, horário e local indicados neste Edital, por comando do Pregoeiro.
- 10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as empresas participantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

- 10.3. Caberá à empresa participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 11.1. O (A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.1.1. Sendo incompatível com o descritivo do BBMNET e/ou Termo de Referência, não será possível considerar a proposta.

11.1.2. Também será desclassificada a proposta inicial que identifique a empresa participante.

a) As participantes devem estar atentas para que não conste seu nome e/ou de seu representante, ou qualquer dado identificador no corpo do documento, cabeçalho, rodapé, planilhas ou título do arquivo eletrônico, sob pena de ser desclassificado do Processo, a critério do Pregoeiro.

- 11.2. Não serão aceitos registros com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

- 11.3. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema e poderá ser acompanhada, em tempo real, por todos os participantes.

- 11.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, as quais participarão da fase de lance, iniciando-se a fase competitiva.

- 11.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12. DA FASE COMPETITIVA

- 12.1. Iniciada a etapa competitiva, as empresas participantes com propostas aceitas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e do valor do lance.

- 12.2. As empresas poderão, durante o horário fixado para o recebimento de lances, oferecer lances sucessivos, com valores inferiores ao último por eles ofertados e registrados no sistema, observados o horário fixado para abertura da sessão e regras estabelecidas neste Edital.

- 12.3. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

12.3.1. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e

registrado primeiro.

- 12.4. Durante o transcurso da sessão pública deste Pregão, as empresas participantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais empresas participantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 12.5. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às empresas participantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 12.6. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 12.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após a comunicação do fato aos participantes, na plataforma em que é realizado o certame.
- 12.8. Não será admitida desistência de lances ofertados, sujeitando-se a empresa participante às sanções administrativas constantes deste Edital.
- 12.9. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 12.10. Durante a fase de lances, poderá o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.
- 12.11. Neste Pregão, o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no art. 31, inciso I do Decreto n.º 10.024/2019.
- 12.12. A etapa de envio de lances na sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública de lances.
- 12.13. A etapa de lances será encerrada mediante aviso de seu fechamento iminente às empresa participantes, por meio do Sistema Eletrônico.
- 12.14. Caso a empresa participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 12.15. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 12.16. Persistindo o empate, será utilizado como critério de desempate a empresa que, quando da análise da

documentação de habilitação, apresentar mais declarações do subitem 16.3.3.1, alínea “c” deste Edital.

13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 13.1. O critério de julgamento das propostas será o **menor preço global, sendo a disputa por taxa de agenciamento dos serviços correlatos** (item 2).
- 13.2. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema eletrônico, o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 13.3. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar quanto ao preço, bem como quanto ao cumprimento da especificação do objeto.
- 13.4. Não será aceita proposta ou lance em valor superior ao estimado.
- 13.4.1. Se o valor da proposta ou do lance final foi superior ao do valor estimado, o(a) Pregoeiro(a) convocará a empresa participante para adequar a sua oferta em valor igual ou inferior ao do estimado. Caso a empresa participante não aceite, será desclassificado e convocada a empresa participante subsequente com a mesma proposta.

14. DA NEGOCIAÇÃO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 14.1. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá solicitar contraproposta diretamente à empresa participante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observando o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação. Não será admitido negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 14.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais empresas participantes.

15. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 15.1. O Pregoeiro convocará a empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar para enviar a Proposta Financeira adequada ao último lance, no prazo de até 01 (uma) hora e, quando necessários, os documentos complementares à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 15.1.1. A proposta de preços, readequada ao último lance, deverá ser enviada, devidamente preenchida, na forma do Anexo II – Modelo de proposta financeira, no mesmo prazo previsto no item 15.1, **através da plataforma**, podendo ser autorizado o envio por e-mail: selecao@cbdubrasil.org.br.
- 15.1.2. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da empresa participante, que poderá ser encaminhada via e-mail informado no item 15.1.1, formulada

antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).

15.2. As demais empresas participantes da sessão poderão solicitar ao Pregoeiro vistas aos arquivos enviados, nos termos do subitem 15.1, somente pelo e-mail selecao@cbdubrasil.org.br, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos após encerrado o prazo de envio da documentação.

15.2.1. Encerrado o prazo do subitem anterior, as vistas dos autos seguirão o descrito no subitem 18.12 deste Edital.

15.3. A proposta financeira a ser encaminhada após finalizada a fase de lances deverá conter as seguintes informações:

- a) prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- b) valor unitário, em algarismos e por extenso (total), expressos em moeda corrente nacional (R\$). Vale destacar que a empresa participante deverá fazer constar apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula;
- c) declaração expressa, assinada pelo representante legal da empresa, de estarem inclusos nos preços propostos, material, taxas, fretes, impostos, seguros, tributos, transportes, encargos sociais e outras despesas vinculadas direta e indiretamente ao objeto deste Edital. Na falta de tal declaração, serão consideradas inclusas nos preços todas e quaisquer despesas necessárias e suficientes, oriundas do objeto deste processo seletivo.
- d) o número deste processo seletivo, razão social da empresa participante, número de CNPJ, telefone, e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP; dados bancários para fins de pagamento, com a indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente de titularidade da empresa participante, vinculada ao CNPJ constante da proposta.
- e) descrição detalhada de todas as características do serviço ofertado, de acordo com as especificações contidas nos Anexos deste Edital.

15.4. Somente será aceita Proposta Financeira em papel timbrado da empresa participante, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa ou por seu procurador.

15.5. Caso o(a) Pregoeiro(a) interrompa a sessão na fluência do prazo de envio de proposta readequada ou documentos complementares, a contagem do referido prazo ficará suspensa até que a sessão seja retomada.

15.6. Caso haja o vencimento da validade da Proposta sem que o processo seletivo tenha sido homologada, adjudicada e o Contrato assinado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal da empresa participante, na data do vencimento da Proposta Financeira, caracterizando seu declínio em continuar no processo seletivo.



- 15.7. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 15.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como catálogos, folhetos, manuais ou prospectos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 15.9. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados de tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e deverão ser devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 15.10. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 15.11. A empresa participante que abandonar o certame, deixando de responder aos chamados do Pregoeiro no chat ou de enviar a documentação exigida, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- 15.12. Os documentos remetidos por meio do sistema eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
- 15.13. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Compras, na Sede da CBDU, localizada no SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054.
- 15.14. Os documentos emitidos por cartório online poderão ser apresentados, desde que acompanhados de seus respectivos certificados digitais para conferência do Pregoeiro.
- 15.15. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes do fim do prazo estabelecido e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 15.16. Verificar-se-á a conformidade da proposta com as exigências deste Edital, em relação às especificações técnicas, ao preço final ofertado, e, caso solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), aos documentos complementares encaminhados em via eletrônica, dentro do prazo concedido pela Pregoeira.
- 15.17. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação ou parecer de técnicos pertencentes ao quadro da CBDU ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele a fim de orientar sua decisão quanto à adequação da proposta aos requisitos técnicos fixados neste Edital.
- 15.18. Erros e omissões existentes na proposta de preços poderão ser retificados pela empresa participante, após solicitação e/ou consentimento do(a) Pregoeiro(a), desde que o preço final ofertado não sofra acréscimo.

- 15.19. Poderá ser desclassificada a proposta ou lance vencedor com valor total ou unitário superior ao estimado, ou ainda com preços manifestamente inexequíveis.
- 15.19.1. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor total quanto os valores unitários estimados para cada item.
- 15.20. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.
- 15.21. Caso o Pregoeiro entenda que o preço é inexequível, com base na realidade do mercado, deverá estabelecer prazo para que a empresa demonstre a exequibilidade de seu preço.
- 15.22. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 15.23. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a produtos e instalações de propriedade da própria empresa participante, para os quais ela renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.
- 15.24. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 15.25. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à empresa que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 15.26. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta motivadamente e passar à subsequente, poderá negociar com a empresa para que seja obtido preço melhor.
- 15.27. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais participantes.
- 15.28. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 15.29. Concluídos os procedimentos descritos neste Título, o(a) Pregoeiro(a) anunciará o resultado do julgamento da proposta, realizado com base no critério estabelecido neste Edital.
- 15.30. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, a empresa participante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

- 15.31. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e declarada a empresa vencedora, o Pregoeiro consignará esta decisão em ata própria, que será disponibilizada no sistema eletrônico, encaminhando-se o processo à autoridade competente para homologação e adjudicação.
- 15.32. Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

16. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 16.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da empresa participante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Consulta do CNPJ no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria-Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>);
- b) Consulta do CNPJ por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça(CNJ);

- 16.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa participante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 16.2.1. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará a empresa participante inabilitada, por falta de condição de participação.

- 16.2.2. A consulta aos cadastros acima, da empresa participante, pode ser feita por meio da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, no endereço: (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

- 16.3. Para fins de habilitação ao processo seletivo, as empresas participantes deverão apresentar os seguintes documentos:

16.3.1. Habilitação Jurídica;

- a) Cédula de identidade RG e CPF ou documento de identificação equivalente do sócio administrativo;
 - a.1) Em caso de procuradores, além do documento de identificação exigido na alínea “a”, deverá ser apresentada a cédula de identidade do procurador, acompanhada de procuração emitida pelo sócio administrativo da pessoa jurídica.
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, compatível com o objeto deste

- processo seletivo, devidamente registrado no órgão competente; e
- d) ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.
 - e) Não serão aceitas participações de empresas com sócios comuns;

16.3.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste processo seletivo;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social – INSS, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e a Municipal do domicílio ou da sede da licitante;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

16.3.2.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão anexar ao sistema eletrônico a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar n. 123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

16.3.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da CBDU, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela LC 147/2014;

16.3.2.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 16.3.2.2 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à CBDU convocar as empresas participantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar o processo seletivo.

16.3.3. Qualificação Técnica:

16.3.3.1. Para fins de comprovação de qualificação técnica a empresa participante deverá apresentar os documentos abaixo:



- a) Declaração de capacidade técnica expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado demonstrando que executa ou executou contrato de prestação dos serviços de agenciamento de viagens e fornecimento de bilhete de passagem, em quantidades somadas correspondentes a no mínimo 50% dos itens dessa contratação.
- b) Para comprovação do requisito anterior, a(s) Declaração(ões) de capacidade técnica expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa participante deverão demonstrar a execução anterior e sem ressalva, por período não inferior a 3 (três) anos, ininterruptos ou não, de emissão de passagens, seguro viagens, hospedagens, locação de veículos executivos com e sem motorista, locação de van e/ou ônibus e micro-ônibus e que demonstrar ainda que, pelo menos em algum desses períodos, houve um fornecimento no quantitativo mínimo de 15.000 bilhetes de passagem aérea nacional, 1.000 em passagens aéreas internacionais, 1.300 locações de veículos, 3.000 hospedagens nacionais e internacionais, devendo obrigatoriamente ter atendido no âmbito internacional em pelo menos 10% do quantitativo mínimo, 100 locações de vans, ônibus e micro-ônibus, 370 seguros viagens, 700 passagens terrestres.
- c) Declaração de no mínimo 2 (duas) companhias aéreas com rotas regulares (Azul, Gol, PASSAREDO, LATAM, etc), de 03 (três) grandes redes hoteleiras nacionais ou internacionais, tais como: Accr, Blue Tree, Atlântica, Windsor e Plaza, de 03 (três) locadoras de veículos correspondentes aos itens desta contratação, contendo faturamento totalíssimo em no mínimo uma delas, de 02 (duas) locadoras de ambulâncias e serviços médicos, de que a empresa vencedora possui crédito nas mesmas, em papel timbrado contendo nome, telefone, e-mail e cargo do signatário
- d) Certificado de cadastro no Ministério de Turismo – CADASTUR, conforme Lei nº 11.771/2008, art. 21, II e art. 22, que trata do registro em Órgão competente à fiscalização dos serviços oferecidos pelas empresas na área de Turismo no Brasil.
- e) Alvará de funcionamento, preferencialmente da matriz ou filial no Distrito Federal, com o código CNAE 79.11-2-00 (Agência de Viagens) ou códigos correlatos à atividade turística.
- f) Ato de registro perante a Internacional Air Transport Association (IATA) registrado no Cartório de títulos e documentos, juntamente com a sua tradução juramentada. Na hipótese de a empresa não dispor do registro perante a IATA, poderá apresentar declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), obtida no site www.anac.gov.br, traduzidas por

tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que a licitante é possuidora de crédito direto e está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais durante a vigência do contrato.

- g) Declaração de que é proprietária ou de que possui licença de uso de sistema operacional eletrônico habilitado e interligado com as bases de dados e sites das companhias aéreas brasileiras com voos regulares e das principais companhias aéreas estrangeiras e dos principais sistemas GDS disponíveis no mercado.

16.3.3.2. O(s) atestado(s) deverá (ao) conter: a identificação da pessoa jurídica emitente; nome e cargo do signatário; endereço do emitente; período de vigência do contrato; objeto contratual; outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências referenciadas.

16.3.3.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se à execução de serviços e/ou fornecimento de materiais objeto de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

16.3.3.4. A proponente disponibilizará, caso solicitado pelo pregoeiro(a), todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópiado contrato que lastreou a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

16.3.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da Sede da empresa participante, dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos 180 (cento e oitenta) dias, se a validade não estiver expressa na certidão.
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, apresentados na forma da lei, que comprovem a situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- b.1) os Balanços e as Demonstrações Contábeis deverão ser assinados por contador ou contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;
- b.2) o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, no caso de pessoas jurídicas enquadradas ou que utilizam o SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), deverão ser apresentados através das demonstrações impressas a partir do SPED, acompanhadas da comprovação da entrega dos arquivos magnéticos perante a Receita Federal, cabendo ainda a comprovação do

Patrimônio Líquido mínimo;

b.3) quando o Balanço Patrimonial apresentado for cópia do Diário Oficial, não há necessidade da assinatura do contador na cópia da publicação;

- c) A comprovação de boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG, e Liquidez Corrente - LC, superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- d) As empresas participantes deverão apresentar Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) igual ou superior a 10% (dez cento) do valor anual estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, a ser comprovado pelas informações contábeis apresentadas na forma da lei.

- 16.4. As documentações supracitadas deverão ser apresentadas na forma da lei vigente.
- 16.5. Documentos ou certidões que não contenham prazo de validade terão eficácia de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão.
- 16.6. O Pregoeiro poderá consultar o Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, para verificação das condições de habilitação das empresas participantes.
- 16.7. Caso a empresa participante esteja com algum documento ou informação vencido ou não atualizado no SICAF, ser-lhe-á assegurado o direito de encaminhar, na própria sessão, a documentação atualizada.
- 16.8. A CBDU reserva o direito de promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da lei, diligenciando contratos, editais, termos de referência, declarações, certidões, notas fiscais, dentre outros. No caso de documentos extraídos da internet, será facultado ao Pregoeiro realizar pesquisa para efeito de confirmação da veracidade ou validade desses.
- 16.9. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou dos documentos e a sua validade jurídica, desde que devidamente justificado.

- 16.10. As diligências mencionadas no subitem 16.6 ficarão prejudicadas caso o acesso via internet esteja indisponível, por qualquer que seja a razão, ou as informações contidas nos referidos sites não sejam suficientes para atestar a regularidade fiscal da empresa participante, fato que ensejará a inabilitação da empresa.
- 16.11. A empresa participante fica obrigada a fornecer todos os esclarecimentos e informações que se façam necessários para que a CBDU se certifique da veracidade e autenticidade do conteúdo apresentado na documentação exigida no certame.
- 16.12. No caso de atestados de capacidade técnica, a recusa do emitente em prestar esclarecimentos e informações ou em fornecer documentos comprobatórios etc., desconstitui-lo-á e poderá configurar prática de falsidade ideológica.
- 16.13. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos neste Edital.
- 16.14. As empresas participantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:
- 16.14.1. Ficha de cadastro, conforme modelo – Anexo VI.
- 16.14.2. Declaração de que a empresa possui implementado Manual de Compliance e Controle Interno, as empresas que não possuem manual de Compliance implementado, deverão apresentar declaração informando que não o possui – Anexo VII.
- a) A declaração com ausência de Manual de Compliance implementado, não resultará em desclassificação.
- 16.15. A não apresentação das declarações dispostas no item 16.14 não serão motivo de desclassificação, podendo o Pregoeiro solicitar o envio durante a sessão.
- 16.16. É de exclusiva responsabilidade das empresas participantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.
- 16.17. Será inabilitada a empresa participante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 16.18. A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo administrativo e não será devolvida à empresa participante.

17. DA PROVA DE CONCEITO

- 17.1. A empresa vencedora será submetida à Prova de Conceito – POC, realizada conforme descrição no Anexo I – A e Anexo I - B do Termo de Referência.

- 17.2. Caso seja reprovada na Prova de Conceito, haverá a desclassificação da empresa e será chamada a próxima empresa classificada, para realização da prova, e assim sucessivamente.
- 17.3. Integração da plataforma Self-Booking (OBT) com o sistema ERP da CONTRATANTE, CIGAM em uso na CBDU.
- 17.4. Implantar a ferramenta OBT para uso de forma integrada aos outros sistemas da CBDU, conforme detalhamento do Anexo I do Termo de Referência, e ministrar treinamento aos colaboradores da CBDU para o uso da ferramenta, garantindo assim a continuidade de todos os processos de gestão de viagens corporativas já em uso, sem custos adicionais para a CBDU.
- 17.5. Realizar, a integração das faturas com o sistema ERP da Contratante (Sistema ERP CIGAM) por meio de arquivos, com o layout fornecido pela CBDU e demais especificações conforme Anexo I deste Termo de Referência.

18. DO ENCAMINHAMENTO DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS DA PROPOSTA VENCEDORA E DOS DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

- 18.1. A empresa participante classificada em primeiro lugar ao final da fase de lances, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a), deverá encaminhar a proposta de preços ajustada ao lance final, e todas as documentações exigida para habilitação, constante no item 18, em original ou fotocópia autenticada por cartório, ou publicação em órgão da imprensa oficial, no prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) via chat do Sistema BBMNET no prazo não inferior a 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação, para o seguinte endereço: SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054.
 - 18.1.1. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 18.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.
 - 18.2.1. Todas as especificações do objeto contidos na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência (se couber), vinculam a Contratada.

19. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 19.1. Declarado o vencedor, qualquer empresa participante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer, de modo objetivo e conciso.
- 19.2. O Pregoeiro estabelecerá o prazo para manifestação pela intenção de interpor recurso, que não será inferior a 30 (trinta) minutos.



- 19.3. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a, motivadamente, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 19.3.1. Nesse momento o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 19.4. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 19.5. As demais empresas participantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, via sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias, contado da data final do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 19.6. A ausência de manifestação imediata e motivada da empresa participante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto neste Título, importará na decadência desse direito, e o(a) Pregoeiro(a) estará autorizado(a) a adjudicar o objeto à empresa participante declarada vencedora.
- 19.7. O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo, nos casos de julgamento da proposta e habilitação ou inabilitação da empresa participante, nos termos da Política de Compras da CBDU.
- 19.8. A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pelo processo seletivo.
- 19.9. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.
- 19.10. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo seletivo.
- 19.11. Não serão conhecidos os recursos interpostos, sem manifestação prévia, em formulário próprio, no ato da sessão pública e, fora dos respectivos prazos legais, bem como os que não contiverem a identificação ou assinatura do responsável legal ou representante da empresa.
- 19.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Setor de Compras, na Sede da CBDU, localizada no SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, no horário das 9h às 17h30, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.
- 19.13. Caso a empresa classificada em primeiro lugar seja desclassificada, depois de julgados os recursos interpostos e até a homologação/adjudicação do processo seletivo, será procedida a chamada das empresas remanescentes, na ordem de classificação, para que a segunda classificada, desde que preencha as condições de habilitação, seja declarada vencedora, nas condições de sua proposta financeira.

20. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 20.1. O objeto deste Pregão será adjudicado às vencedoras pelo (a) Pregoeiro(a), salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Presidente da CBDU.
- 20.2. A homologação deste Pregão compete ao Presidente da CBDU.

21. DA CONTRATAÇÃO

- 21.1. Homologado o resultado do processo seletivo, a CBDU convocará a adjudicatária para assinatura do Instrumento Contratual, nos termos da Minuta de Contrato (Anexo VIII).
- 21.2. A adjudicatária deverá observar a regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira também para assinatura do Contrato.
- 21.3. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato implicará multa, conforme previsão neste Edital, e perda do direito à contratação.
- 21.4. O Contrato não sofrerá qualquer tipo de reajustamento de preços no 1º (primeiro) ano de sua vigência, salvo por disposições legais.
- 21.5. A vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada, de comum acordo, por períodos iguais e sucessivos até o limite previsto na Política de Compras da CBDU, desde que as partes se manifestem por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do Contrato.
- 21.6. De acordo com a legislação vigente, o Contrato poderá sofrer acréscimos e reduções, de acordo com a necessidade da CBDU, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nas mesmas condições contratadas. Caso acordado entre as partes, as reduções poderão ultrapassar esse limite.
- 21.7. O Contrato com a vencedora do certame não será assinado se a empresa não cumprir com as condições legais de documentação exigida ou por motivo de força maior que inviabilize o desenvolvimento dos trabalhos.
- 21.8. É facultado à CBDU, no caso de desistência da empresa vencedora após a homologação/adjudicação do processo seletivo, no prazo e condições estabelecidas, convocar a empresa remanescente classificada, obedecida a ordem de classificação, para o fornecimento dos serviços deste Edital, no prazo e nas mesmas condições financeiras constantes da Proposta Financeira anteriormente declarada vencedora ou revogar o processo seletivo, independentemente da aplicação de qualquer sanção.
- 21.9. A CBDU poderá, até a assinatura do Contrato, desclassificar a empresa vencedora ou, após a assinatura do Contrato, rescindi-lo, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento do processo seletivo, que desabone a qualificação

técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira ou regularidade daquela empresa.

- 21.10. Para efeito de interpretações de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecida a competência da fiscalização da CBDU.
- 21.11. Para que a Proposta Financeira da empresa vencedora seja incorporada ao Contrato, os erros porventura existentes em suas planilhas deverão ser corrigidos.
- 21.12. A empresa contratada será responsável pela fornecimento e/ou prestação do serviço e deverá cumprir as determinações referentes às Leis Trabalhistas e à Previdência Social, não respondendo a CBDU perante fornecedores ou terceiros, nem assumindo quaisquer responsabilidades por multas, salários ou indenizações a terceiros decorrentes do objeto deste processo seletivo.

22. DO PAGAMENTO

- 22.1. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento das faturas/notas fiscais dos serviços contratados, acompanhada dos documentos de regularidade fiscal, conforme a Política de Compras da CBDU.
- 22.2. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 22.3. Não serão concedidas atualizações ou compensações financeiras.
- 22.4. Quaisquer pagamentos não isentarão a contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos itens relacionados e descritos no Anexo I.
- 22.5. A agência deverá encaminhar, juntamente com sua respectiva fatura de serviços conexos, as notas fiscais dos serviços contratados emitidos pela contratada/locadora (nota fiscal de hotel, nota fiscal de contratação de veículos, entre outros), a fim de comprovação dos valores pagos.
- 22.6. A agência deverá encaminhar, juntamente com sua respectiva fatura de passagens, as notas fiscais (COPET) das companhias aéreas, a fim de comprovação dos valores pagos, além dos bilhetes aéreos.
- 22.7. As faturas referentes aos custos administrativos da CBDU, deverão ser emitidas mensalmente, em relação as faturas referentes aos projetos da CBDU, poderão ser emitidas após a realização de cada evento.
- 22.8. Para cada emissão de fatura, a agência contratada deverá encaminhar, juntamente, as certidões de regularidade fiscal.
- 22.9. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) Atestação de conformidade da entrega do(s) materiais;
- b) Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c) Comprovação de regularidade com às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

22.10. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.

22.11. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

22.12. Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re)apresentação, devidamente regularizadas.

22.13. A CBDU se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

22.14. A CBDU poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

23. DA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Às empresas participantes que ensejarem o retardamento da execução do processo seletivo, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, apresentarem documentação ou declaração falsa, cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, sanções previstas em lei, sem prejuízo da reparação dos danos causados à CBDU, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa.

23.2. Em caso de inexecução total, parcial, ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, a licitante contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

- a) advertência;
- b) multa, conforme infração e grau; e
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CBDU, por um prazo de até 2 (dois) anos, inclusive quando recusar-se a assinar o Contrato, não manter a Proposta Financeira apresentada no certame, apresentar declaração ou documentos falsos ou por reincidência de penalidade aplicada anteriormente

23.3. Pela inadimplência das obrigações contratuais, a CONTRATADA se sujeitará às seguintes sanções, sendo-lhe assegurados o contraditório e a ampla defesa:

FALTA	Nº DE FALTAS/FALHAS	PENALIDADE
Deixar de entregar as cotações, vouchers, bloqueios ou reservas no prazo fixado.	1	Advertência
Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato em até 1 (um) dia contado da sua assinatura		Multa de 1,0% (um por cento) do valor contratual por dia de atraso na disponibilização, até o limite de 10 (dez) dias; Após, será considerado como inexecução parcial do contrato.
Atraso injustificado na prestação dos serviços.		Multa de 1,0% (um por cento) do valor contratual por dia de atraso na disponibilização, até o limite de 10 (dez) dias; Após, será considerado como inexecução parcial do contrato.
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.		Multa de 1,0% (um por cento) do valor contratual por dia de atraso na disponibilização, até o limite de 10 (dez) dias; Após, será considerado como inexecução parcial do contrato.
Não capacitar os colaboradores do CBDU para utilização das ferramentas disponibilizadas.		Multa de 1,0% (um por cento) do valor contratual por dia de atraso na disponibilização, até o limite de 10 (dez) dias; Após, será considerado como inexecução parcial do contrato.
Deixar de realizar ou realizar com atraso o pagamento aos prestadores de serviço (tais como companhias aéreas, hotéis, veículos, recursos humanos) nos prazos pactuados em suas avenças quando tal situação gerar risco de ameaça ou prejuízo ao CBDU, sem comprometimento das demais sanções cabíveis.	1	10% do valor do serviço individualmente considerado.
	2 ou +	Rescisão contratual
Não manter a documentação de habilitação atualizada.		Advertência
Cobrar valores de bilhetes superiores ao efetivamente praticados por companhias aéreas e/ou empresas contratadas.		Multa de 1,0% (um por cento) do valor contratual por dia de atraso na disponibilização, até o limite de 10 (dez) dias; Após, será considerado como inexecução parcial do contrato.
Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido		Multa de 1,0% (um por cento) do valor contratual por dia de atraso na disponibilização, até o limite de 10 (dez) dias; Após, será considerado como inexecução parcial do contrato.

conhecimento em razão da execução do Contrato, sem a autorização por escrito e prévia da CBDU.		
--	--	--

- 23.4. As multas estabelecidas neste item são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, de acordo com as normas que regem o processo seletivo, mas somente serão definitivas depois de exaurida a fase de defesa prévia da adjudicatária.
- 23.5. Quando não pagos em dinheiro pela adjudicatária, os valores das multas eventualmente aplicadas serão deduzidos pela CBDU dos pagamentos devidos e, quando for o caso, cobrado judicialmente.
- 23.6. Caso haja a recusa injustificada em assinar o Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da convocação, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida e a empresa estará sujeita às penalidades previstas no subitem 22.2.
- 23.7. O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CBDU.
- 23.8. A inexecução total ou parcial deste Contrato poderá, ainda, ensejar a sua rescisão.
- 23.9. Em caso de reincidência por atraso injustificado, será a adjudicatária penalizada nos termos da Política de Compras da CBDU.
- 23.10. Na contagem de prazos referidas neste capítulo, consideram-se dias corridos e independentes de funcionamento ou expediente da CBDU.

24. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 24.1. A CBDU declara que todos os dados pessoais coletados para os fins da execução deste edital serão tratados em conformidade com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados") e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.
- 24.1.1. O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Edital, após o qual serão permanentemente excluídos.

25. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 25.1. Não será exigida a prestação de garantia contratual para a contratação resultante deste processo seletivo.

26. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 26.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste processo seletivo, salvo autorização da CBDU.

26.1.1. Em sendo autorizado a subcontratação, será vedada a subcontratação com empresa que tenha participado do processo seletivo, bem como, subcontratação total do objeto.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da empresa vencedora, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

27.1.1. As exigências previstas no Termo de Referência e seus anexos, não elencadas para a aceitabilidade de proposta de preço e a habilitação da empresa participante, deste edital, não serão levadas a efeito para fins de processo seletivo, podendo o órgão interessado solicitar-lhes o cumprimento como condição de contratação.

27.2. A CBDU reserva-se o direito de revogar ou cancelar o presente processo seletivo na forma prevista em lei, sem que caiba à(s) empresa(s) direito à indenização ou reclamação de qualquer espécie.

27.3. O Pregoeiro, a qualquer tempo, antes da data de apresentação das propostas, poderá proceder às alterações concernentes a este processo seletivo, enviando o correspondente adendo aos interessados que tenham retirado o Edital e proceder a sua publicação no site da CBDU e BBMNET. Também é facultado ao Pregoeiro, caso necessário, prorrogar a data de abertura do certame.

27.4. Sob nenhum pretexto serão recebidas propostas em desacordo com o Edital, seus Anexos e adendos, caso existam, bem como aquelas que não forem entregues conforme as normas de apresentação e prazos ali determinados.

27.5. Na contagem dos prazos estabelecidos, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento.

27.6. A participação neste processo seletivo implica conhecimento e aceitação integral deste Edital, seus Anexos e adendos, caso haja, bem como a observância de regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

27.7. A empresa participante que apresentar proposta estará vinculada a ela e se responsabilizará pelo prestação do serviço nas condições oferecidas.

27.8. É facultado ao Pregoeiro suspender a sessão sempre que necessário, devendo informar as razões da suspensão aos licitantes, sempre que possível.

28. ANEXOS

28.1. São partes integrantes deste Edital os anexos abaixo:

Anexo I	TERMO DE REFERÊNCIA
Anexo I – A	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SELF-BOOKING
Anexo I – B	DETALHAMENTO DA PROVA DE CONCEITO

Anexo II	PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS (Modelo de proposta)
Anexo III	MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS, DE QUE NAO EMPREGA MENORES E DE QUE ATENDE A TODAS AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.
Anexo IV	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP/MEI
Anexo V	MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
Anexo VI	FICHA DE CADASTRO DO FORNECEDOR
Anexo VII	MODELO DE DECLARAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE MANUAL DE COMPLIANCE
Anexo VIII	MINUTA DO CONTRATO
Anexo IX	DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA INTERLIGADO
Anexo X	DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA DE AGENDAMENTO (SELF-BOOKING E SELF- TICKETING)
Anexo XI	DECLARAÇÃO DE REPASSE
Anexo XII	DECLARAÇÃO DE QUE NÃO SERÁ ACRESCIDO QUALQUER ENCARGO

29. DO FORO

- 29.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília/DF, 08 de agosto de 2023.

Luciano Atayde Costa Cabral

Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário



ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 28/2023

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em gerenciamento de viagens e eventos, para prestação de serviços no âmbito corporativo e em eventos de pequeno, médio e grande porte, para atender às necessidades da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada em gerenciamento de viagens e eventos, para prestação de serviços no âmbito corporativo e em eventos de pequeno, médio e grande porte, para atender às necessidades da Confederação Brasileira do Desporto Univeristário – CBDU, conforme condições e especificações constantes neste Termo de Referência e seus Anexos.

1.1.1 O objeto a ser contratado não será de exclusividade da empresa que vier a ser contratada, podendo a CBDU, a seu critério e em situações específicas, contratar outras empresas para prestação destes serviços.

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Qtd. Estimada	V. Unitário	V. Total
1	1	Agenciamento de passagens.	Serviço	2500	R\$ 20,00	R\$ 50.000,00
	2	Taxa por serviços correlatos (percentual máximo)	Serviço	10%	-	R\$ 1.200.000,00

1.2. A prestação dos serviços compreenderá os serviços de emissão de passagem aérea, transporte terrestre e aquaviário, rodoviários e metroferroviários intermunicipais, interestaduais e internacionais, hospedagem, reservas de salas ou espaços necessários para realizações de eventos, serviço de buffet ou alimentação, atendimento em aeroporto, infraestrutura e/ou outros serviços necessários a realização de viagens ou eventos nacionais e/ou internacionais nos quais participem funcionários, atletas e/ou terceiros designados pela CBDU.

1.3. Não será objeto de lances o valor definido no item 1 do Grupo 1, devendo as empresas participantes registrar o mesmo valor estipulado pela CBDU, quando da formulação da sua proposta.

1.4. O Valor máximo estimado pela CBDU referente aos valores reservados exclusivamente para despesas de responsabilidade da CBDU, com pagamentos de passagens nacionais/internacionais, hospedagem com alimentação e traslado e demais serviços correlatos é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões).

- 1.5. O item 1 do Grupo 1 refere-se à remuneração da empresa pelo serviço de agenciamento de passagens e **NÃO SERÁ OBJETO DE FORMULAÇÃO DE PREÇOS E DE LANCES** pelas empresas participantes.
- 1.6. O item 2 do Grupo 1 refere-se à remuneração da empresa pelo serviço de agenciamento dos serviços correlatos (hospedagem, transporte, eventos, etc.), e **SERÁ OBJETO DE FORMULAÇÃO DE PREÇOS E LANCES** pela empresa participante.
- 1.6.1. O percentual máximo da taxa de transação por serviços correlatos é de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado e o percentual mínimo é de 4% (quatro por cento) sobre o valor estimado.
- 1.6.2. A empresa participante que ofertar percentual pela taxa de transação por serviços correlatos inferior a 4% (quatro por cento) será desclassificada, considerando que após pesquisa de mercado foi constatado o risco de ser inexequível.
- 1.7. O valor da taxa de transação proposta englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste Termo de Referência. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. A presente contratação visa viabilizar os deslocamentos dos empregados e diretores da CBDU, colaboradores eventuais e demais pessoas autorizadas, para as demais localidades do território nacional/internacional, que, no desempenho de suas atribuições, estejam no regular cumprimento das necessidades da Confederação Brasileira do Desporto Universitário.
- 2.2. Para se alcançar o quantitativo da contratação, realizou-se levantamento da programação prevista para o período de 12 (doze) meses, com um acréscimo, objetivando que não haja esgotamento dos itens contratados. Além disso, também se analisou o quantitativo atual ponderando a execução realizada com a programação prevista, chegando aos quantitativos dos serviços a serem contratados.
- 2.3. Já o valor para os repasses dos valores de todos os pagamentos devidos em razão das reservas e contratações dos serviços finais, realizou-se o levantamento dos valores executados e multiplicados pelas quantidades projetadas com base em estimativas de execução, chegando a um valor arredondado de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).
- 2.4. O objeto da presente contratação foi dividido em dois itens para melhor entendimento do serviço, sendo posteriormente agrupados, dado a inoperabilidade de se ter uma agência de viagem e turismo diferente para cada item. Ademais, a contratação será dividida por itens e agrupado observando também a experiência de execução dos contratos atuais, bem como a modelagem de contratação já em aplicação no mercado de contratação públicas e regidas pelos ditames constitucionais, mitigando a possibilidade de uma execução de má qualidade para os clientes atendidos.
- 2.5. A organização de grupos tem por objetivo atender de forma efetiva o planejamento das atividades da

CBDU, facilitar a gestão de demandas e admitir a correlação existente entre os itens da presente contratação. Ademais, não se observa qualquer comprometimento ao caráter competitivo do certame visto que a formação de grupos identifica particularidades da execução do serviço e não traz custos variados que possam tornar o grupo menos interessantes para as empresas interessados.

2.6. A formação de grupos também garante a CBDU a melhor gestão administrativa e dos resultados, bem como torna o processo seletivo mais compreensível para as empresas participantes premiando a qualidade e efetividade da disputa, sendo oneroso impor à Entidade o controle de diversas empresas do mesmo segmento, o que ocasionaria prejuízo operacional e administrativo para a equipe.

2.7. Importa mencionar que o agrupamento encontra respaldo com entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU, no Informativo de Licitações e Contratos nº 173¹, quanto à adjudicação por grupo:

“3. A adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular. A Administração, de acordo com sua capacidade e suas necessidades administrativas e operacionais, deve sopesar e optar, motivadamente, acerca da quantidade de contratos decorrentes da licitação a serem gerenciados.”

2.8. Ante todo o exposto, entende-se pela necessidade de agrupamento, consoante discriminado neste instrumento, com o consequente critério de julgamento por **menor preço global por taxa de transação dos serviços correlatos**.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. Os atos administrativos pertinentes ao processo seletivo reger-se-ão pelas normas e princípios contidos na Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

4.1. Para execução do serviço, a CONTRATADA deverá manter, em caráter permanente e de forma ininterrupta, central de atendimento com funcionamento no horário compreendido entre 08h e 18h, de segunda a sexta-feira, com funcionários suficientes para atender exclusiva e prontamente às solicitações do contratante.

4.1.1. Fora do horário estipulado acima e aos fins de semana e feriados, a CONTRATADA deverá manter empregado(a), para atender aos casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para o CONTRATANTE, por meio de plantão de telefones fixos e celulares.

4.1.2. Para recepcionar as solicitações por e-mail ou telefone, a CONTRATADA deverá manter endereço eletrônico para troca de mensagens e telefones fixos e celulares, cujo dados deverão ser fornecidos ao CONTRATANTE quando do início da execução do serviço.

¹ <https://portal.tcu.gov.br/jurisprudencia/boletins-e-informativos/informativo-de-licitacoes-e-contratos.htm>

- 4.2. A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços até 1 (um) dia após a assinatura do contrato.
- 4.3. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela gestão de recursos humanos, seus direitos e obrigações, devendo proceder com a substituição de funcionário, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do CONTRATANTE, no prazo de 24 horas, após a notificação.
- 4.4. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários; transportes, alimentação; diárias; encargos sociais, tributários, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe; indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda o CONTRATANTE, isento de qualquer vínculo empregatício a eles referente.
- 4.5. A COTRATADA deverá arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços.
- 4.6. A empresa CONTRATADA deverá realizar cotação, reserva e emissão de passagens aéreas, hotéis, transporte terrestre, seguro viagem e outros no âmbito corporativo e de eventos.

4.6.1. Passagens Aéreas

- 4.6.1.1. A CONTRATADA deverá dispor de sistema on-line automatizado, via WEB de cotação e emissões de passagens aéreas para que seja possível a escolha dos voos e reservas dos bilhetes por via eletrônica diretamente pelo CONTRATANTE.
- 4.6.1. Caberá a CONTRATADA a promoção de treinamento do sistema aos empregados indicados pelo CONTRATANTE, imediatamente após o início da execução do serviço.
- 4.6.1.2. Nas cotações e reservas a CONTRATADA deverá priorizar:
- 4.6.2. voos diretos e sem conexão e, quando não for possível, que o tempo de espera no aeroporto seja o mínimo possível.
- 4.6.3. tarifas econômicas e promocionais para o CONTRATANTE referente à reserva, marcação e remarcação de passagens aéreas.
- 4.6.1.3. A emissão, remarcação e cancelamento do bilhete aéreo somente poderá ser realizada após a autorização do CONTRATANTE, seja por meio do Sistema Web, e-mail ou outro meio de comunicação.
- 4.6.1.4. As solicitações de cotação, reserva e remarcação de voos individuais nacionais, deverão ser atendidas pela CONTRATADA preferencialmente pelo sistema Web, com prazo de atendimento instantâneo.
- 4.6.1.5. No caso de indisponibilidade do Sistema Web ou quando envolverem solicitações de voos

internacionais individuais ou em grupo nacionais e internacionais, a CONTRATADA deverá atender aos requerimentos no prazo máximo de até 3 (três) dias, contados da data da solicitação e, em casos excepcionais, devidamente sinalizados pelo CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas da solicitação.

- 4.6.1.6. Não serão permitidas alterações de voos sem a devida autorização do CONTRATANTE.
- 4.6.1.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE o acesso a todas as informações necessárias para o controle dos bilhetes emitidos, tais como: faturas de crédito, relatório dos bilhetes emitidos, consulta de voos das companhias aéreas, melhores tarifas publicadas disponíveis, controle dos reembolsos solicitados, ferramenta online de comparativo de valores disponíveis no momento da emissão, entre outros.
- 4.6.1.8. Deverá ser repassado integralmente ao CONTRATANTE os descontos promocionais de tarifas reduzidas, bem como qualquer vantagem concedida pelas companhias aéreas.
- 4.6.1.9. A CONTRATADA deverá fornecer vantagens e benefícios ao CONTRATANTE, tais como: isenção da taxa DU, cortesias, descontos, tour conductor (TC) free, bem como comissões e incentivos porventura pagos pelas companhias aéreas.
- 4.6.1.10. A CONTRATADA deverá negociar com as companhias aéreas para conseguir a menor tarifa publicada, objetivando repasse menor ao CONTRATANTE.
- 4.6.1.11. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de solicitar a comprovação, sempre que julgar necessária, do valor vigente das tarifas efetivamente cobrados pelas companhias aéreas, na data da reserva dos serviços contratados, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação.
- 4.6.1.12. Constatada diferença em desfavor do CONTRATANTE, entre o valor cobrado e o valor informado pelas empresas fornecedoras, a CONTRATADA deverá adotar providências para ressarcir os valores cobrados a maior, por meio de cartas de crédito na fatura/nota fiscal.
- 4.6.1.13. A CONTRATADA deverá elaborar relatórios mensais e eventuais de reembolsos de passagens emitidas e não utilizadas por alterações, cancelamentos, desistências e não comparecimento (no show), informando de forma clara os dados, incluindo as multas, valores a serem reembolsados e retidos.
- 4.6.1.14. A CONTRATADA deverá prestar assessoramento ao CONTRATANTE para definição de melhores datas, companhias, horários e conexões, sem qualquer ônus adicional, visando a melhor e menos onerosa opção para os grupos de turismo social.
- 4.6.1.15. Na emissão dos bilhetes de passagens nacionais e internacionais individuais, a CONTRATADA deverá observar o seguinte:**

4.6.1.15.1. A cotação constará, além dos dados da solicitação, as informações de:

- a) Companhia aérea;
- b) País/cidades de origem e destino;
- c) Duração do voo;
- d) Quantidade e duração das escalas/conexões, se houver;
- e) Datas e horários do voo e aeroportos utilizados;
- f) Valor da Tarifa;
- g) Valor da Taxa de Embarque.

4.6.1.15.2. Na cotação deverá ser observado a obrigatoriedade de franquia de 1 (uma) bagagem despachada de, no mínimo, 23 kg em voos nacionais, e conforme regras de cada companhia aérea em voos internacionais.

4.6.1.15.3. Após escolha e aprovação do voo, a CONTRATADA deverá enviar ao CONTRATANTE a reserva contendo o localizador, a data e hora de validade da reserva.

4.6.1.15.4. Após a aprovação da reserva, a CONTRATADA estará autorizada a realizar a emissão dos bilhetes com base nas informações dos passageiros (nome completo, data de nascimento, RG e CPF), que serão repassadas pelo CONTRATANTE.

4.6.1.15.5. Havendo cancelamento da reserva em virtude da expiração de seu prazo e, caso não seja possível reativá-la nos mesmos valores, o procedimento visando à emissão deve ser reiniciado.

4.6.1.15.6. A informação do bilhete de passagem emitido deverá ser enviada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, para conferência e envio para o passageiro.

4.6.1.16. Na emissão dos bilhetes de passagens áreas nacionais e internacionais em grupo, a CONTRATADA deverá observar o seguinte:

4.6.1.16.1. A cotação constará, além dos dados da solicitação, as informações de:

- a) Companhia aérea;
- b) País/cidades de origem e destino;
- c) Duração do voo;
- d) Quantidade e duração das escalas/conexões, se houver;
- e) Datas e horários do voo e aeroportos utilizados;
- f) Valor da Tarifa;
- g) Valor da Taxa de Embarque.

4.6.1.16.2. Nas cotações deverá ser observada a obrigatoriedade de franquia de 1 (uma) bagagem despachada de, no mínimo, 23 kg em voos nacionais, e conforme regras de cada companhia aérea em voos internacionais.

4.6.1.16.3. Após escolha e aprovação do voo, a CONTRATADA deverá enviar ao CONTRATANTE a

reserva contendo o localizador, a data e hora e validade da reserva (deadlines), da emissão e da nominação do grupo, sendo de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar dessa aprovação, para que seja possível a venda dos pacotes.

4.6.1.16.4. Nas situações em que o prazo entre a data da solicitação da cotação e do voo for menor que 60 (sessenta) dias, a CONTRATADA deverá fornecer maior prazo possível para a nominação das reservas.

4.6.1.16.5. Após a aprovação da reserva, a CONTRATADA estará autorizada a realizar a emissão dos bilhetes para o grupo com base nas informações dos passageiros (nome completo, data de nascimento, RG e CPF), que serão repassadas pelo CONTRATANTE.

4.6.1.16.6. Havendo cancelamento da reserva em virtude da expiração de seu prazo e, caso não seja possível reativá-la nos mesmos valores, o procedimento visando à emissão deve ser reiniciado.

4.6.1.16.7. A informação do bilhete de passagem emitido deverá ser enviada pela CONTRATADA ao CONTRATADO, para conferência e envio para os passageiros.

4.6.1.17. Nas remarcações dos bilhetes de passagens áreas nacionais e internacionais individuais e em grupo, a CONTRATADA deverá observar o seguinte:

4.6.1.17.1. A remarcação dos bilhetes de passagens deverá ser precedida de nova cotação e reserva, visando subsidiar a decisão sobre a remarcação ou cancelamento seguido de nova emissão, o que for mais vantajoso para o CONTRATANTE.

4.6.1.17.2. As remarcações serão requeridas pelo CONTRATANTE, por sistema Web, e-mail ou telefone, discriminadas por trecho.

4.6.1.17.3. Caso a remarcação possua mudança ou inclusão de destinos, a CONTRATADA receberá solicitação de nova assessoria para indicação das opções que melhor atendam à demanda.

4.6.1.17.4. A alteração dependerá da disponibilidade de assentos e poderá ensejar em aplicação de multas e eventuais diferenças tarifárias estabelecidas pela companhia aérea, nas quais deverão ser informadas ao CONTRATANTE pela CONTRATADA.

4.6.1.17.5. Imediatamente após a alteração que resulte em crédito, situação na qual o valor do bilhete de passagem original é superior à soma da multa e da diferença tarifária, a CONTRATADA deverá requerer, imediata e formalmente, o reembolso dos valores aos quais o CONTRATANTE tem direito, para que seja efetuada a glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e comprovante das companhias aéreas.

4.6.1.17.6. O CONTRATANTE efetuará a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, quando for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura

e o tempo necessário para o término da conferência.

4.6.1.18. Nos cancelamentos de bilhetes de passagens áreas nacionais e internacionais individuais e em grupo, a CONTRATADA deverá observar o seguinte:

4.6.1.18.1. O cancelamento do bilhete emitido poderá ser originado pela extinção da demanda, no qual será informado à CONTRATADA por sistema Web, e-mail ou telefone.

4.6.1.18.2. Após o recebimento da informação de cancelamento, a CONTRATADA deve efetuar o cancelamento do bilhete de passagem, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, objetivando a isenção da cobrança de taxa de NO-SHOW, quando possível, de acordo com as regras da companhia aérea.

4.6.1.18.3. O cancelamento de bilhete emitido também poderá ser originado de demanda de alteração, no qual verifica-se que há melhor relação custo x benefício com nova emissão, e não com a alteração do bilhete de passagem, bem como em situações que inexistam voos que permitam a alteração do bilhete já emitido.

4.6.1.18.4. Para essas situações, a CONTRATADA deverá efetuar o cancelamento do bilhete de passagem e iniciar o processo de nova emissão, informando nova cotação do voo pretendido, para escolha da melhor opção e posterior aprovação.

4.6.1.19. Os reembolsos de bilhetes de passagens deverão observar o seguinte:

4.6.1.19.1. Imediatamente após o cancelamento, a CONTRATADA deverá requerer, junto à companhia aérea, o reembolso dos créditos provenientes da passagem cancelada, que representará, no mínimo, o valor da taxa de embarque.

4.6.1.19.2. A CONTRATADA deve adotar as medidas necessárias para a efetivação do reembolso tão logo lhe seja solicitado o cancelamento do bilhete de passagem ou quando da ocorrência de NO-SHOW.

4.6.1.19.3. O reembolso do BILHETE DE PASSAGEM se dará por intermédio de glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e detalhamento das regras aplicadas pela companhia aérea.

4.6.1.19.4. O prazo para apresentação do reembolso não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias contados da data da solicitação.

4.6.2. Transporte Terrestre e Aquaviário

4.6.2.1. Reserva, emissão, marcação e remarcação de bilhetes terrestres, aquaviários, rodoviários e metroviários, intermunicipais, interestaduais e internacionais, em âmbito nacional e internacional, por meio de empresas que atendam aos trechos, bem como aos horários solicitados pelo CONTRATANTE.

- a) Serviço de transporte terrestre compreende as modalidades de locação de veículos, vans, micro-ônibus, ônibus, compra de bilhetes de trem, receptivo ou outro meio de transporte terrestre ou aquático, de acordo com a solicitação.
- b) Para veículos locados no exterior, poderá ser solicitado motorista e/ou guia bilíngue (língua portuguesa mais idioma local).

4.6.2.2. A empresa que vier a ser contratada deverá indicar as melhores opções dentro da necessidade do solicitante e da política de viagem, de 3 (três) fornecedores mais econômicos que atendam a solicitação. Caso não seja possível a inclusão de 3 (três) opções, deverá ser inserida justificativa plausível para tal. Após as devidas aprovações, a empresa que vier a ser contratada deverá emitir o voucher correspondente.

4.6.2.3. É de responsabilidade da empresa que vier a ser contratada verificar a experiência na atividade do fornecedor, veículos vistoriados, condições dos veículos, uniformes, motoristas credenciados e treinados, se possuem domínio de língua estrangeira solicitada pela CBDU, se possuem documentação correspondente a legislação nacional brasileira ou conforme legislação vigente no país em que for atuar.

4.6.2.4. Despesas como combustível, uso de telefone celular ou rádio, taxas, impostos, pedágios ou seguros deverão estar inclusas no valor passado em orçamento.

4.6.2.5. Em caso de veículos com solicitação de carro “à disposição”, deverá ser cotado já com todos os encargos e seguros obrigatórios. Horas excedentes serão pagas por fração não superior a 50% (cinquenta por cento) do valor total da hora/diária.

4.6.2.6. Todos os serviços nacionais solicitados deverão ser preferencialmente reservados através da condição de faturamento direto à CBDU. Caso o fornecedor não tenha essa opção, é obrigação da empresa que vier a ser contratada informar à CBDU antes de efetuar qualquer reserva.

4.6.2.7. Em caso de contratação de serviços internacionais, preferencialmente deverá ser negociado pagamento através de invoice, com prazo de pagamento de no mínimo 10 (dez) dias, a partir da data de recebimento. Excepcionalmente, caso o fornecedor escolhido não aceite pagamento através de invoice (depósito) ou não haja tempo suficiente para a remessa, poderá ser efetuado através de cartão de crédito a ser informado pela CBDU.

4.6.3. Seguro Viagem

4.6.3.1. A CBDU poderá solicitar a emissão de seguro para viagens internacionais, ficando a empresa que vier a ser contratada obrigada a indicar no mínimo de 3 (três) opções de fornecedores mais econômicos dentro da necessidade apresentada e da política de viagem da CBDU, devendo constar o valor da moeda internacional e da conversão da moeda em Real.

- a) A cotação deverá ser efetuada de acordo com o período de viagem correspondente ao bilhete

emitido ou hospedagem.

- b) A apólice de seguro deverá ser encaminhada à CBDU, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro), após solicitação da contratante
- c) Após as devidas aprovações, a empresa que vier a ser contratada deverá emitir o voucher correspondente.

4.6.3.2. Os seguros de assistência médica por acidente ou enfermidade, incluindo despesas médico/hospitalares, reembolso farmácia e odontológico, traslado e repatriamento em caso de acidente/doença ou morte, em viagens ao exterior, com as seguintes coberturas:

- a) Cobertura para invalidez por acidente, considerando perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão do passageiro; e
- b) Cobertura para morte acidental, considerando o evento com data caracterizada, súbito, involuntário e que tenha como consequência direta a morte do passageiro.

4.6.3.2.1. Os seguros tratados no item 4.6.3.2 deverão cobrir a modalidade de práticas esportivas e diferenciada para esportes na neve.

4.6.3.2.2. Sempre que o CBDU possuir algum acordo comercial e/ou tarifa corporativa, bem como acordos com empresas de seguros, a contratada deverá, obrigatoriamente, utilizá-los.

4.6.3.2.3. Sempre que o CBDU comprovar preço de mercado inferior às cotações apresentadas, a contratante deverá adquirir pelo preço apresentado.

4.6.3.3. Todos os serviços de seguro viagem porventura solicitados deverão ser preferencialmente reservados através da condição de faturamento direto. Caso o fornecedor não tenha essa opção, é obrigação da empresa que vier a ser contratada informar à CBDU antes de efetuar qualquer reserva. Em caso de concordância, o pagamento desta despesa será feito através de reembolso a empresa que vier a ser contratada, como exceção.

4.6.4. Hospedagem

4.6.4.1. A empresa que vier a ser contratada deverá providenciar cotações, reservas, emissões, alterações, vouchers e cancelamentos de hotéis, nacionais e internacionais, de acordo com a solicitação, mediante apresentação de no mínimo, 03 (três) cotações de hotéis distintos, devendo constar o valor da moeda internacional e da conversão da moeda em Real, quando de contratações de hospedagem internacional. Caso não seja possível a inclusão de 3 (três) opções, deverá ser inserida justificativa plausível para tal.

- a) As reservas devem sempre conter incluso no pacote café da manhã (incluídos todas as taxas e impostos locais).



b) Todas as tarifas a serem aplicadas pelos hotéis deverão ser NET, para tal todas as reservas deverão ser efetuadas diretamente pela empresa que vier a ser contratada, sem intermediação de operadora ou outro fornecedor.

c) Todas as condições tarifárias deverão ser sempre informadas previamente.

4.6.4.2. A empresa que vier a ser contratada deverá dar prioridade a hotéis que disponibilizem tarifa especial, tendo em vista os acordos firmados pela CBDU, sempre observada a vantagem operacional e financeira da contratação.

4.6.4.3. A categoria do hotel deverá ser avaliada conforme a política de viagens vigente. Após as devidas aprovações, a empresa que vier a ser contratada deverá emitir o voucher correspondente.

4.6.4.4. Quanto aos pagamentos de hotéis nacionais, deverão ser faturados diretamente à CBDU, e a documentação de pagamento deverá ser recebida em até 10 (dez) dias anteriores à data de vencimento; hotéis internacionais deverão ser preferencialmente feitos através do cartão EBTA, não sendo o cartão uma opção aceita pelo hotel, poderá ser solicitado pagamento via invoice com prazo mínimo de 10 (dez) dias para pagamento, a partir do recebimento do documento.

a) Excepcionalmente, caso o hotel escolhido não aceite pagamento através de invoice (depósito) ou não haja tempo suficiente para a remessa, poderá ser efetuado através de cartão de crédito a ser informado pela CBDU, operação que deverá ser informada à Confederação antes de finalizar a contratação.

4.6.4.5. É de responsabilidade da empresa que vier a ser contratada solicitar ao hotel, e enviar à CBDU toda a documentação comprobatória da hospedagem do viajante. Em caso de envio de documentos com valores divergentes ao aprovado, é responsabilidade da empresa que vier a ser contratada efetuar as devidas correções junto ao hotel. Em caso de cobrança indevida por parte do hotel, é responsabilidade da empresa que vier a ser contratada prestar auxílio para regularização e/ou estorno da despesa.

4.6.4.6. Despesas extras, tais como: telefone, frigobar, lavanderia e outras porventura realizadas pelo hóspede no hotel, **não deverão ser faturados à CBDU**, sendo tais despesas de exclusiva responsabilidade do viajante, salvo quando expressamente informado pela Confederação, cabendo a empresa que vier a ser contratada repassar tal informação ao fornecedor.

4.6.4.7. A empresa que vier a ser contratada deverá preferencialmente optar por cotar fornecedores que possuam política flexível de cancelamento ou redução do número de hóspedes, evitando assim o "No-Show". Casos específicos em que o hotel não permita cancelamento ou esteja fora do prazo estipulado para cancelamento, deverão ser informados através do sistema Reserve ® antes da efetivação da reserva.

4.6.4.8. Os pedidos de cancelamento das diárias de hospedagem não utilizadas, total ou parcialmente, ocorridos por qualquer motivo, dentro do prazo possível de cancelamento, deverão ser devidamente comprovados pela empresa que vier a ser contratada implicando o cancelamento automático sem ônus

para à CBDU.

4.6.4.9. Os hotéis contratados deverão dispor de quartos adaptados e/ou acessíveis, para atender pessoas com deficiência.

4.6.4.10. Os hotéis deverão ter categoria mínima de três estrelas, com quartos em boas condições de manutenção, chuveiros quentes, recepção 24 horas e, preferencialmente, dispor de cadeiras higiênicas para banho.

4.6.5. Veículos

4.6.5.1. Todas as contratações de veículos efetuadas pela contratada deverão ser aplicadas as tarifas NET.

4.6.5.2. As reservas nacionais deverão ser efetuadas diretamente pela empresa que vier a ser contratada, sem intermediação de operadora ou outro fornecedor, cabendo intermediação apenas nas reservas internacionais.

4.6.5.3. Toda locação de veículo deverá ser realizada em conjunto com a contratação do serviço de motorista, devidamente habilitado para a categoria do veículo.

4.6.5.4. Fornecimento de veículos, através de frota própria e/ou locação por meio de companhias terrestres que atendam às cidades, países e horários solicitados pela CBDU, mediante apresentação de no mínimo, 03 (três) cotações de empresas distintas na mesma localidade do serviço a ser prestado, em papel timbrando, contendo, CNPJ, endereço, telefone e assinatura. Devendo constar o valor da moeda internacional e da conversão da moeda em Real, quando de locações internacionais.

a) Quando em eventos internacionais e desde que solicitado previamente, o motorista deverá dominar o idioma português ou estar devidamente acompanhado por intérprete e portar telefone celular.

4.6.5.5. A empresa contratada deverá prever que o atendimento a este edital contemplará a possibilidade de demanda dos seguintes perfis de veículos:

a) **Carro Executivo:** Automóvel de serviço para transporte de passageiros tipo sedan executivo, com ar-condicionado, quatro portas, capacidade para 5 (cinco) lugares, fabricado no preferencialmente há 01 (um) ano, freios em sistema ABS, com tapetes e estofados em perfeito estado, motorista habilitado na categoria conforme legislação vigente, franquia de 150km/dia e 12 horas.

b) **Van:** Automóvel de serviço para transporte de passageiros tipo Van, com ar-condicionado, três portas laterais, capacidade para 14 a 16 (quatorze a dezesseis) lugares, fabricado preferencialmente há 03 (três) anos, com tapetes e estofados em perfeito estado, motorista habilitado na categoria conforme legislação vigente e combustível dentro da franquia de 150km/dia e 12 horas.

- c) **Van Adaptada:** Automóvel de serviço para transporte de passageiros tipo Van Adaptada, com ar-condicionado, três portas laterais, capacidade mínima de 02 (duas) cadeiras de rodas e 03 (três) lugares para passageiros sentados, disponibilizando plataforma automatizada para embarque de cadeirantes e andantes, com cinto de segurança para fixação individual das cadeiras, fabricado preferencialmente há 03 (três) anos, com piso anti-derrapante, tapetes e estofados em perfeito estado, motorista habilitado na categoria conforme legislação vigente e combustível dentro da franquia de 150km/dia e 12 horas.
- d) **Van de Carga:** Automóvel de serviço para transporte de carga tipo Van, três portas laterais, somente com os bancos do motorista e acompanhante, fabricado preferencialmente há 01 (um) ano, motorista habilitado na categoria conforme legislação vigente, franquia de 150km/dia e 12 horas.
- e) **Reboque:** Reboque estilo carretinha, com dimensões mínimas de 2,20x1,20x1,00(CxLxA), trucada em alumínio, com quatro rodas e suporte para encaixe nas vans, emplacada e sinalizada conforme normas de orientação do Departamento Nacional de Trânsito.
- f) **Micro-ônibus:** Veículo de serviço para transporte de passageiros tipo micro-ônibus, com capacidade de 24 (vinte e quatro) passageiros mais o motorista, com porta acionada pelo motorista compatível com plataforma elevatória, com sistema de ar-condicionado, fabricado preferencialmente há 03 (três) anos, com tapetes e estofados em perfeito estado, motorista habilitado na categoria conforme legislação vigente e combustível dentro da franquia de 150km/dia e 12 horas.
- g) **Micro-ônibus Adaptado:** Veículo de serviço para transporte de passageiros tipo micro-ônibus, com capacidade para transportar de 15 a 17 passageiros, exceto o motorista, devendo ainda possuir, no mínimo 03 lugares para cadeira de rodas, disponibilizando plataforma automatizada para embarque de cadeirantes e andantes, com sistema de ar-condicionado, fabricado preferencialmente há 03 (três) anos, com tapetes e estofados em perfeito estado, motorista habilitado na categoria conforme legislação vigente e combustível dentro da franquia de 150km/dia e 12 horas.
- h) **Ônibus Executivo:** Veículo de serviço para transporte de passageiros tipo ônibus executivo, com capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros mais o motorista, com porta acionada pelo motorista, com sistema de ar-condicionado, fabricado preferencialmente há 03 (três) anos, com tapetes e estofados em perfeito estado, motorista habilitado na categoria conforme legislação vigente e combustível dentro da franquia de 150km/dia e 12 horas.
- i) **Ônibus Adaptado:** Veículo de serviço para transporte de passageiros tipo ônibus adaptado, com capacidade mínima de 30 (trinta) passageiros mais motorista e 02 (duas) cadeiras de rodas, com porta acionada pelo motorista, disponibilizando plataforma automatizada para embarque de cadeirantes e andantes, fabricado no máximo há 03 (três) anos, com tapetes e estofados em perfeito estado, motorista habilitado na categoria conforme legislação vigente e combustível dentro da franquia de 150km/dia e 12 horas.

- 4.6.5.6. A CBDU informará na Ordem de Serviço, ou em documento equivalente, o endereço e local de início dos serviços, bem como os dados sobre os passageiros a serem embarcados.
- 4.6.5.7. A contratada deverá informar em no mínimo 24h (vinte e quatro horas) antes do início do serviço, o nome e telefone dos motoristas.
- 4.6.5.8. A CBDU poderá designar preposto para fiscalizar a entrada e saída dos motoristas.
- 4.6.5.9. A cobrança de horas e quilometragem extra não serão admitidas, exceto em casos de excepcional interesse da CBDU mediante motivação.
- 4.6.5.10. A utilização de motoristas sem habilitação expressa na categoria de veículo constitui falta grave sujeita a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções legais.
- 4.6.5.11. Os motoristas deverão se apresentar, preferencialmente, com uniforme da contratada e os veículos deverão estar em perfeito estado de conservação e limpeza interna e externa. A CBDU se reserva o direito de solicitar a substituição de veículos que não atendam a estas exigências.
- a) A contratada deverá apresentar relatório final de transporte, contendo as seguintes informações: placa do veículo, nome do motorista, número da CNH, categoria da CNH, horário de entrada, horário de saída, quilometragem de entrada, quilometragem de saída, bem como cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV).
- 4.6.5.12. O relatório final deverá ser apresentado em até 5 (cinco) dias após o término do evento.
- 4.6.5.13. A execução dos serviços de que tratam os itens acima constitui mera expectativa, podendo a CBDU, a critério de conveniência, contratá-los com outras empresas especializadas, não cabendo a CONTRATADA, direito de exclusividade ou a qualquer reclamação.

4.6.6. Serviços Conexos

- 4.6.6.1. Os serviços conexos constituem atividades relacionadas ao fornecimento de bens e serviços em eventos, sob demanda da CBDU, relacionados a hospedagem, alimentação e transportes, mediante apresentação de pelo menos 03 (três) cotações.
- a) A CBDU solicitará da contratada uma proposta de preços para os serviços de que trata o item 4.6.6.1, e analisará a conformidade da proposta com os valores praticados pelo mercado. Estando de acordo, encaminhará Ordem de Serviços com previsão expressa dos itens a serem fornecidos, quantidades, prazos, locais, horários e nome do preposto responsável pela operação.
- b) Caso os valores ofertados estejam em dissonância com os praticados pelo mercado, a CBDU proporá ajuste dos itens conforme cotações recebidas. Caso a contratada não aceite a sugestão e reformule o preço, ficará a critério da CBDU a contratação de um terceiro para a prestação dos serviços.



4.6.6.2. A contratada, quando demandada, deverá indicar, formalmente, um profissional para atuar como coordenador técnico dos serviços a serem prestados, informando seus contatos telefônicos e eletrônicos.

- a) Caberá ao coordenador técnico realizar a interlocução entre os fornecedores e a CBDU, sendo vedado à contratada o ajuste com qualquer outro funcionário ou colaborador da CBDU, salvo expressa autorização do preposto.
- b) O coordenador técnico deverá apresentar-se com uniforme devidamente identificado da contratada com uma hora de antecedência ao início do evento e realizar o pronto atendimento de todas as demandas oriundas do preposto da contratante, devendo ausentar-se somente após a realização de todas as providências necessárias para o encerramento dos serviços.

4.6.6.3. A CBDU poderá solicitar a contratação de recursos humanos para a prestação de serviços como: apoio ao embarque e desembarque, controle de acesso, segurança, apoio à equipe técnica, entre outros.

4.6.6.4. A contratada deverá providenciar o comparecimento de toda a equipe de profissionais no dia, horário e local previamente estabelecidos pelo preposto da CBDU, devendo estes estar com uniforme devidamente identificado da contratada.

- h) A contratada deverá encaminhar a relação da equipe de profissionais envolvida, contendo nomes, funções e números de telefone celular, sendo recomendado que todos os recursos humanos sejam previamente capacitados no atendimento à pessoa com deficiência.
- i) A CBDU se reserva ao direito de solicitar o acréscimo do número de funcionários ou a sua substituição sempre que o atendimento não estiver à altura do padrão contratado, independentemente da aplicação de sanções administrativas previstas.

4.6.6.5. A CBDU poderá solicitar a seu critério a substituição do coordenador técnico da contratada e/ou de qualquer dos profissionais relacionados, devendo a contratada proceder a alteração e informar os(as) substitutos(as) 24 horas após a comunicação formal.

4.6.6.6. A contratada se responsabilizará pelo transporte, montagem e desmontagem, guarda e manutenção de todos os equipamentos necessários à prestação dos serviços. Devendo a contratada disponibilizar e responsabilizar-se pelo operador qualificado, bem como pela pronta substituição dos equipamentos defeituosos, sempre que os serviços importarem em utilização de equipamentos ou máquinas.

4.6.6.7. No caso de eventos em que haja a necessidade da montagem de estrutura de palco, sonorização, tendas e sinalização, toda a infraestrutura deverá estar pronta em até 12 (doze) horas antes do início do evento.

4.6.6.8. A contratada deverá adotar meios para garantir a integridade dos bens disponibilizados, tendo em vista que a CBDU não se responsabilizará por avarias nos utensílios e/ou equipamentos. Os equipamentos fornecidos deverão estar em perfeito estado de conservação e uso.

4.6.6.9. Caberá à contratada o pagamento de eventuais despesas extras e acessórias aos serviços prestados, que porventura não tenham sido, com antecedência, comunicadas/solicitadas pela CBDU.

4.6.6.10. A CBDU não se obrigará a utilizar os serviços acima elencados, sendo-lhe facultado disponibilizar pessoal próprio ou de entidades parceiras quando entender conveniente.

4.6.6.11. Todas as solicitações de serviços e suas alterações serão realizadas somente pela equipe da CBDU. Vedada quaisquer contratações solicitadas por departamentos não autorizados pela Confederação.

4.6.6.12. Alimentação e recepção em eventos

4.6.6.12.1. O serviço de alimentação consiste do fornecimento de refeições (almoço, jantar, coffee-break, água, café) aos participantes dos eventos, mediante apresentação de no mínimo, 03(três) cotações de empresas distintas, em papel timbrando, contendo o CNPJ.

4.6.6.12.2. Deverão estar incluídos no custo unitário das refeições: espaço físico, quando for o caso, garçons proporcionais à quantidade de pessoas a serem atendidas e demais materiais necessários à prestação dos serviços, inclusive decoração, talheres, copos, pratos de porcelana ou descartáveis, toalhas, guardanapos de pano.

4.6.6.12.3. Quando for o caso, compete à contratada providenciar a montagem da cozinha no local definido pela organização, a ser vistoriado pela CBDU.

4.6.6.12.4. Compete à contratada, sob a supervisão de preposto da CBDU, providenciar, direta ou indiretamente, mas sempre sob sua responsabilidade, a montagem do salão de refeição contendo mesas forradas com toalhas limpas, cadeiras, louças, talheres e pessoal de apoio uniformizado (cozinheiras, copeiras, auxiliares de cozinha, garçons, maitre e demais profissionais da área).

4.6.6.12.5. A quantidade de alimentos e bebidas deverá ser sempre compatível com a quantidade de pessoas indicadas na ordem de serviço, observando o tempo mínimo adequado às características do evento, a ser ajustado com a contratante.

4.6.6.12.6. O acesso ao local para realização das refeições será mediante apresentação de crachá ou outro meio de identificação estabelecido pela CBDU e deverá seguir o horário estabelecido.

4.6.6.12.7. Para fins de pagamento, serão considerados os relatórios finais de acessos, e apresentação das notas fiscais, cupons fiscais registrados os quantitativos consumidos.

4.6.6.12.8. Os cardápios a serem oferecidos no almoço e no jantar deverão ser previamente submetidos e aprovados pela CBDU.

4.6.6.12.9. O cardápio deverá variar de uma refeição para outra.

4.6.6.12.10. Todas as bandejas de serviço deverão ser identificadas com o nome e a composição dos

alimentos.

- 4.6.6.12.11. Caso o evento contemple a participação de atletas ou dirigentes internacionais, as informações deverão ser disponibilizadas em inglês e espanhol.
- 4.6.6.12.12. Os coffee-breaks deverão ser preparados observando o equilíbrio nutricional dos alimentos, evitando-se frituras.
- 4.6.6.12.13. Deverão conter tipos variados de salgados, salada de frutas, 2 (duas) variedades de sucos e água.
- 4.6.6.12.14. O cardápio dos coffee-breaks está sujeito a análise e aprovação prévia da CBDU.
- 4.6.6.12.15. Por solicitação da CBDU, deverá ser providenciado o preparo de alimentação especial às pessoas com restrições alimentares, com prévia comunicação a CONTRATADA em até 24 (vinte e quatro) de antecedência.
- 4.6.6.12.16. Quando necessário o cardápio passará por avaliação e aprovação da CBDU.
- 4.6.6.12.17. A contratada deverá providenciar todos os documentos exigidos na legislação nacional e local, a exemplo das autorizações dos órgãos e entidades, inclusive ART's quando assim exigido, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.
- 4.6.6.12.18. A contratada deverá disponibilizar um Coordenador de hospedagem e alimentação para acompanhar os eventos da CBDU sempre que necessário, a fim de solucionar problemas e propor soluções.
- 4.6.6.12.19. As despesas de passagens, hospedagem e alimentação e outras despesas do referido profissional serão custeadas pela contratada.
- 4.6.6.12.20. Além do Coordenador de hospedagem e alimentação citado no item 4.6.6.12.17, se assim solicitado, a contratada deverá disponibilizar 01 (um) funcionário(a) permanentemente nas dependências da CBDU e nos locais dos eventos quando assim solicitado

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.2. O início da prestação de serviços deverá ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato.
- 1.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CBDU à continuidade do contrato.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CBDU

5.1. São obrigações da CBDU:

- a) cumprir fielmente todas as condições ora pactuadas e informar de imediato à CONTRATADA qualquer problema apresentado na execução do serviço.
- b) notificar expressamente a CONTRATADA, a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços.
- c) designar equipe (titular e substituto) do seu quadro de pessoal, para exercer a fiscalização dos serviços contratados e atestá-los.
- d) supervisionar, quando julgar necessário, os serviços executados ou em execução.
- e) efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos neste instrumento, após o atesto da prestação do serviço.

5.2. A CBDU não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente Termo de Referência e, em especial:

- a) Observar as normas de qualidade determinadas por legislação própria vigente, a fim de garantir o fiel cumprimento deste instrumento.
- b) Iniciar a prestação dos serviços até 1 (um) dia após a assinatura do contrato.
- c) Dispor de equipe para atendimento, cujos serviços serão executados de forma ininterrupta, de segunda-feira a sexta-feira das 08:00 às 18:00, e aos sábados, domingos e feriados em escala de plantão.
- d) Receber, registrar e solucionar, todas as solicitações de atendimento do CONTRATANTE.
- e) Disponibilizar aos empregados indicados pelo CONTRATANTE, por meio de login, acesso ao sistema on-line automatizado, via WEB de cotação e emissões de passagens aéreas de modo instantâneo, bem como realizar treinamento do sistema.
- f) Atender, no prazo máximo de 3 (três) dias, as solicitações de cotação, reserva, emissão, remarcação e, em casos excepcionais, devidamente sinalizados pelo CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas da solicitação, quando da indisponibilidade do sistema Web ou nos casos de voos internacionais individuais ou em grupo, nacionais e internacionais.



- g) Realizar o cancelamento de bilhetes de passagem, após solicitação do CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos.
- h) Reembolsar o CONTRATANTE, em até 60 (sessenta) dias, contados da data do cancelamento, o valor do bilhete de passagem emitido, pago e não utilizado ou alterado que gerou crédito, deduzidos os valores referentes às multas cobradas pelas companhias aéreas, emitindo Nota de Crédito em favor do CONTRATANTE que, por medida de simplificação processual, poderá efetuar desconto dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela CONTRATADA.
- i) Atender as solicitações de roteiros turísticos locais e nacionais, no prazo máximo de até 2 (dois) e 7 (sete) dias, respectivamente.
- j) Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste instrumento.
- k) Fornecer alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar as medidas necessárias para confirmação da reserva.
- l) Assessorar o CONTRATANTE para definição do melhor roteiro, horário, frequência de voos, inclusive tarifas promocionais e outras vantagens que a CONTRATANTE possa obter.
- m) Não comercializar roteiros semelhantes no mesmo período das excursões do CONTRATANTE, mantendo sigilo sobre essas informações.
- n) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- o) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- p) Ser responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- q) Recrutar profissionais habilitados e com conhecimentos específicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- r) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de seguros que incidam na prestação de serviços objeto desta contratação.
- s) Gerenciar e dimensionar a equipe responsável pela execução dos serviços, bem como a logística necessária, levando em conta os quantitativos contratados e os serviços exigidos.
- t) Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões

justificadoras que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.

- u) Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- v) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- w) Operar com todas as companhias aéreas que atuam regularmente nos mercados nacionais e com as principais companhias aéreas internacionais.
- x) Garantir sigilo e inviolabilidade dos dados e conversas realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.
- y) Indicar o responsável técnico para o serviço (preposto), o qual responderá pela CONTRATADA por qualquer assunto referente a execução contratual.
- z) Estar ciente de que, em caso de inobservância das obrigações assumidas pela CONTRATADA, poderá ensejar penalidades, inclusive resolução contratual.

7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 7.1. A execução dos serviços será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo FISCAL DO CONTRATO, observando o exato cumprimento de todas as suas cláusulas e condições.
- 7.2. O FISCAL DO CONTRATO poderá, a qualquer tempo, determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como propor a aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência.
- 7.3. Todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato serão anotadas em registro próprio, conforme estabelecidos na Política de Compras da CBDU.
- 7.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será no prazo de até 30 (trinta) dias, após a efetiva prestação dos serviços e entrega da nota fiscal, e em relação as passagens aéreas, deverá encaminhar também a nota fiscal da companhia aérea referente ao mês prestado, bem como aceite pelo fiscal do contrato.
- 8.2. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) Atestação de conformidade da entrega do(s) serviço(s);
 - b) Comprovação de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), às Fazendas Federal (Certidão negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede, e Justiça Trabalhista (CNDT).
- 8.3. A fatura deverá ser apresentada discriminando, separadamente, (a) os valores devidos referentes ao agenciamento de viagens (separadamente por item de serviço), (b) os valores devidos às empresas aéreas - tarifas e taxas de embarque, (c) eventuais reembolsos, (d) créditos e (e) valores devidos relacionados a seguro assistência em viagem internacional.
- 8.4. A fatura dos serviços prestados deverá ser apresentada, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, em até 30 (trinta) dias após a emissão dos bilhetes, acompanhadas das correspondentes faturas/notas fiscais emitidas pelas empresas aéreas à CONTRATADA, para que a CONTRATANTE possa realizar as devidas verificações e conferências e, não havendo problemas, emitir os aceites definitivos para o pagamento correspondente, discriminando as informações necessárias para efetivação das retenções e recolhimentos dos tributos, conforme estabelecido na legislação vigente.
- 8.5. A fatura também deverá destacar os valores devidos em função da substituição tributária, para cada beneficiário dos créditos.
- 8.6. A fatura, incluindo-se seu detalhamento, deverá conter todas as informações necessárias à conferência dos serviços prestados e em conformidade com os preços contratados, não podendo incluir serviços relativos a outros contratos ou facilidades não contratadas.
- 8.7. Os serviços, cujo detalhamento não contiver as informações mínimas que permitam a sua correta identificação serão considerados como cobranças indevidas e não serão pagos.
- 8.8. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da fatura devidamente corrigida.
- 8.9. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da fatura, os fatos serão informados à CONTRATADA, para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.
- 8.10. O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das faturas, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente utilizados. Em hipótese alguma serão pagos serviços não utilizados.
- 8.11. Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados deverão ser cobrados no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Havendo erro na apresentação da fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência,

o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus à CONTRATANTE.

8.13. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

8.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8.15. Quando do pagamento será efetuada a retenção e recolhimento de tributos e contribuições previstas na legislação aplicável.

8.16. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.17. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

9. DA VIGÊNCIA

9.1. A vigência será de **12 (doze)** meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada, de comum acordo, por períodos iguais e sucessivos até o limite previsto na Política de Compras da CBDU, desde que as partes se manifestem por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do Contrato.

10. VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto do Contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1. O critério de julgamento do processo seletivo será pelo **MENOR VALOR GLOBAL POR TAXA DE TRANSAÇÃO DOS SERVIÇOS CORRELATOS.**

11.2. A empresa participante deverá apresentar memória de cálculo conforme modelo disponibilizado pela CBDU.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA

12.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme restará disciplinado no edital.

12.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estarão previstas no edital.

12.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- a) Declaração de capacidade técnica expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado demonstrando que executa ou executou contrato de prestação dos serviços de agenciamento de viagens e fornecimento de bilhete de passagem, em quantidades somadas correspondentes a no mínimo 50% dos itens dessa contratação.
- b) Declaração de capacidade técnica expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa participante que demonstre(m) a execução anterior e sem ressalva, por período não inferior a 3 (três) anos, ininterruptos ou não, de emissão de passagens, seguro viagens, hospedagens, locação de veículos executivos com e sem motorista, locação de van e/ou ônibus e micro-ônibus e que demonstre(m) ainda que, pelo menos em algum desses períodos, houve um fornecimento no quantitativo mínimo de 15.000 bilhetes de passagem aérea nacional, 1.000 em passagens aéreas internacionais, 1.300 locações de veículos, 3.000 hospedagens nacionais e internacionais, devendo obrigatoriamente ter atendido no âmbito internacional em pelo menos 10% do quantitativo mínimo, 100 locações de vans, ônibus e micro-ônibus, 370 seguros viagens, 700 passagens terrestres.
- c) Declaração de no mínimo 2 (duas) companhias aéreas com rotas regulares (Azul, Gol, PASSAREDO, LATAM, etc), de 03 (três) grandes redes hoteleiras nacionais ou internacionais, tais como: Accr, Blue Tree, Atlântica, Windsor e Plaza, de 03 (três) locadoras de veículos correspondentes aos itens desta contratação, contendo faturamento totalíssimo em no mínimo uma delas, de 02 (duas) locadoras de

ambulâncias e serviços médicos, de que a empresa vencedora possui crédito nas mesmas, em papel timbrado contendo nome, telefone, e-mail e cargo do signatário.

- d) Certificado de cadastro no Ministério de Turismo – CADASTUR, conforme Lei nº 11.771/2008, art. 21, II e art. 22, que trata do registro em Órgão competente à fiscalização dos serviços oferecidos pelas empresas na área de Turismo no Brasil.
- e) Alvará de funcionamento, preferencialmente da matriz ou filial no Distrito Federal, com o código CNAE 79.11-2-00 (Agência de Viagens) ou códigos correlatos à atividade turística.
- f) Ato de registro perante a Internacional Air Transport Association (IATA) registrado no Cartório de títulos e documentos, juntamente com a sua tradução juramentada. Na hipótese de a empresa não dispor do registro perante a IATA, poderá apresentar declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), obtida no site www.anac.gov.br, traduzidas por tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que a licitante é possuidora de crédito direto e está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais durante a vigência do contrato.
- g) Declaração de que é proprietária ou de que possui licença de uso de sistema operacional eletrônico habilitado e interligado com as bases de dados e sites das companhias aéreas brasileiras com voos regulares e das principais companhias aéreas estrangeiras e dos principais sistemas GDS disponíveis no mercado.
- h) A proponente disponibilizará, caso solicitado pelo pregoeiro(a), todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

13. PROVA DE CONCEITO – POC

- 13.1. A empresa vencedora será submetida à Prova de Conceito – POC, realizada conforme descrição no Anexo I deste Termo de Referência:
- 13.2. Caso seja reprovada na Prova de Conceito, haverá a desclassificação da empresa e será chamada a próxima empresa classificada, para realização da prova, e assim sucessivamente.
- 13.3. Integração da plataforma Self-Booking (OBT) com o sistema ERP da CONTRATANTE, CIGAM em uso na CBDU.
- 13.4. Implantar a ferramenta OBT para uso de forma integrada aos outros sistemas da CBDU, conforme detalhamento do Anexo I do Termo de Referência, e ministrar treinamento aos colaboradores da CBDU para o uso da ferramenta, garantindo assim a continuidade de todos os processos de gestão de viagens corporativas já em uso, sem custos adicionais para a CBDU.



- 13.5. Realizar, a integração das faturas com o sistema ERP da Contratante (Sistema ERP CIGAM) por meio de arquivos, com o layout fornecido pela CBDU e demais especificações conforme Anexo I deste Termo de Referência.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. As empresas participantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, apresentarem documentação ou declaração falsa, cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, sanções previstas na Política de Compras da CBDU e na legislação pertinente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à CBDU.

15. DO REAJUSTE

- 15.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para apresentação das propostas.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. A autoridade competente para homologar o processo seletivo poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação; e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

a) No caso de desfazimento do processo seletivo fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

- 16.2. Em caso de rescisão do contrato que vier a ser assinado, a CBDU poderá convocar a participante que tiver o melhor preço subsequente neste processo de seleção, sem que caiba ao vencedor nenhuma cobrança de eventuais despesas realizadas pelas obrigações assumidas até a data da rescisão.

- 16.3. Quando a CBDU possuir algum acordo realizado com redes hoteleiras, a contratada deverá, obrigatoriamente, verificar qual é o mais vantajoso.

- 16.4. A CBDU poderá realizar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, respeitados os limites na Política de Compras da CBDU, tendo como base os preços constantes da(s) proposta(s) da(s) Contratada(s).

- 16.5. Em caso de rescisão do contrato que vier a ser assinado, a CBDU poderá convocar a participante que tiver o melhor preço subsequente neste processo de seleção, sem que caiba ao vencedor nenhuma cobrança de eventuais despesas.

ANEXO I - A

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SELF-BOOKING

1. Principais funcionalidades disponíveis no self-booking

- 1.1. O termo em inglês self-booking significa em tradução simples, fazer a própria reserva. Basicamente, diz respeito a uma ferramenta de gestão de viagens corporativas que tem como característica principal reunir todas as informações de uma viagem em um único lugar, proporcionando mais agilidade e praticidade no acesso dos dados.
- 1.2. Entre os principais objetivos da implantação do self-booking estão redução de custos, economia de tempo, maior número de opções de voos e hospedagens, alinhamento à política de viagens e disponibilidade de relatórios.
- 1.3. O self-booking proporciona ao usuário mais autonomia, agilidade e praticidade na solicitação da viagem, pois disponibiliza os serviços de passagens aéreas, hotéis, seguro viagem e diárias para escolha do colaborador, reduzindo o tempo gasto com o planejamento da viagem.

2. Requisitos Funcionais – Plataforma OBT

- 2.1. A ferramenta deverá ser baseada em workflow que permita aos solicitantes e aprovadores diversos recursos, conforme apresentados nos módulos abaixo. Cabe ressaltar que a nomenclatura pode ser diferente da apresentada abaixo, desde que as funcionalidades sejam contempladas.

	Descrição	Requisito Obrigatório para a POC
1	<p>Aéreo</p> <p>No módulo aéreo deverá ser possível pesquisar os voos levando em consideração:</p> <ul style="list-style-type: none">• Origem e destino;• Data;• Horário;• Tipo de classe;• Aeroportos próximos;• Voos diretos e com escala. <p>Conforme os dados inseridos, a pesquisa será realizada, e o viajante fica responsável por selecionar o voo de acordo com a sua agenda de trabalho, levando em consideração que a escolha deve ser a mais vantajosa para INVESTE SÃO PAULO e, caso não seja, o sistema deverá exigir que o colaborador insira justificativa.</p> <p>A ferramenta deverá, ainda, permitir que o colaborador solicite à Agência de Viagens CONTRATADA que lhe forneça opções</p>	SIM

	de voos, caso não encontre automaticamente opções que se adequem às suas necessidades.	
2	Hospedagem No módulo de hospedagem deverá ser possível pesquisar os hotéis com as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Data de check-in e check-out;• Cidade;• Nome do hotel.	SIM
3	Adiantamento / Diárias O módulo de adiantamento serve para que o viajante solicite a diária (que contempla: alimentação, transporte e comunicação) e também a diária de hospedagem (quando for o caso).	SIM
4	Serviços No módulo de serviço, deverá ser possível solicitar outros serviços que estejam envolvidos na viagem, e que sejam faturados pela agência CONTRATADA, e deve incluir, necessariamente, seguro-viagem, transporte rodoviário, locação de veículos, visto, bagagem extra, assento conforto e exames laboratoriais exigidos para ingresso nos países em períodos de pandemia. O Sistema deverá permitir o cadastro de outros serviços, caso a necessidade seja identificada no futuro.	SIM
5	Prestação de Contas Módulo de visualização e controle dos valores pagos a título de adiantamento e respectiva prestação de contas. O Sistema deverá, portanto, registrar os valores pagos de adiantamento e permitir que o viajante possa inserir os cartões de embarque, notas fiscais e lançar as suas despesas para fins de prestação de contas. O sistema deverá, ainda, realizar o bloqueio das solicitações caso a prestação de contas não seja realizada no prazo determinado pela CBDU	SIM
6	Aprovação A aprovação/reprovação das viagens deverá se dar de acordo com a escala de aprovadores a ser cadastrada no sistema, diretamente no módulo de aprovação. No mesmo módulo, deverá ser possível ao gestor aprovar/reprovar as prestações de contas.	SIM

7	Consulta O sistema deverá permitir a todos os colaboradores consulta a todas as viagens inseridas por ele no self-booking. Deverá, ainda, permitir aos colaboradores cadastrados com perfil de gestor a consulta a todas as viagens dos colaboradores de sua unidade e aos colaboradores com perfil de administrador a consulta das viagens de todos os colaboradores da CBDU. Deverá ser possível a pesquisa de uma solicitação de viagem de diversas formas: número da solicitação, nome do viajante, centro de custo, status, etc. Também deverá ser possível buscar uma viagem pelo número do bilhete, localizador ou número do voo.	SIM
8	Calendário No módulo de calendário deve ser possível pesquisar e consultar de forma mais rápida e com filtros mais específicos, como: mês/ano; viajante; cidade; origem e destino.	SIM
9	Configurações Deverá dar acesso aos administradores, indicados pela CONTRATANTE para o cadastro de usuário, centro de custo, estrutura de aprovação, orçamento, diárias e etc. Deverá ser possível o cadastramento por colaborador da CBDU bem como cargas automáticas no sistema.	SIM
10	Relatórios Exportar as informações de acordo com as mesmas permissões do menu consulta, tais como quantidade de viagens, valores, tipo, por centros de custos, períodos, etc.	SIM
11	DashBoard Módulo que disponibiliza alguns gráficos das solicitações emitidas por período. Todos esses módulos estão disponíveis para o usuário que possui o perfil de Administrador, e conforme o perfil, as informações são configuradas.	SIM
12	Integração da ferramenta com o CIGAM, sistema ERP utilizado pela CBDU.	SIM
13	Em relação ao controle orçamentário, deverá ser possível configurar os centros de custos que possuem orçamento para viagens com os devidos valores indicados. Sendo que a cada solicitação, o custo deverá ser debitado do valor total do centro de custo autorizado pelo gestor.	SIM
14	As estruturas de aprovações serão cadastradas conforme a Instrução interna da CBDU e de fácil alteração caso seja necessário. Também deverá ser possível incluir usuário como autorizador temporário, quando este estiver substituindo o gestor.	SIM

15	Deverá ser possível personalizar o “Motivo de viagem”, item importante que facilita a emissão de relatórios.	SIM
16	A ferramenta deverá proporcionar o cadastro de vários tipos de despesas (ex: adiantamentos de diárias), por nível de usuário, tipo de viagem, duração, etc.	SIM
17	A ferramenta deverá possuir um aplicativo mobile, que facilite o “upload” dos comprovantes de embarque (para fins de prestação de contas), a aprovação de solicitação por parte do gestor, e, também, inserção de solicitação.	SIM
18	Moedas – O sistema deverá possibilitar cadastro e cálculo de adiantamento e prestação de contas em 3 moedas diferentes – Real (R\$), Dólar (US\$) e Euro (EU\$)	SIM
19	Tarifa referência: disponibilizar a tarifa referência para que o departamento de fiscalização possa acompanhar a aplicação dos descontos das companhias aéreas.	NÃO

3. Requisitos Não-Funcionais – Plataforma OBT

3.1. Interface de usuário

	Descrição	Requisito Obrigatório para a POC
1	Todas as funcionalidades da plataforma OBT devem ser acessíveis via internet e o acesso dos usuários e administradores da plataforma deve ser em um ambiente totalmente web, sem a necessidade de instalação de software ou plugin em máquinas clientes.	SIM
2	A plataforma web deve ser aderente aos seguintes padrões e recomendações de mercado: Padrões básicos descritos pelo Consórcio World Wide Web W3C BRASIL (http://www.w3c.br/), em participar o atendimento às seguintes recomendações: Utilização de “Layouts Liquidos”, ou “liquid Layout”, como metodologia para criação e adaptação de páginas para diversos formatos de tela, incluindo aplicativos mobile. Tecnologia também conhecida como “Site Responsivo” OU Possuir um aplicativo para dispositivos móveis (smartphones ou tablets), disponível para os sistemas operacionais iOS e Android.	SIM
3	A plataforma OBT deverá ser compatível com: Microcomputadores (Windows, MacOS e Linux); Dispositivos móveis (tablets e smartphones) (Android e iOS); Outros dispositivos que surgirem durante a vigência do contrato; Nos navegadores: Google Chrome Mozilla Firefox Microsoft Edge	SIM



**Confederação
Brasileira
Do Desporto
Universitário**

CBDU

Folha nº

Rub. _____

	Microsoft Internet Explorer Apple Safari Outros navegadores que surgirem durante a vigência do contrato.	
--	---	--

ANEXO I - B

DETALHAMENTO DA PROVA DE CONCEITO

1. Da Prova de Conceito – POC

- 1.1. O objetivo da Prova de Conceito (POC) é demonstrar que a plataforma Selfbooking (OBT) ofertada pelo empresa melhor classificado atende a um quantitativo mínimo dos requisitos dispostos no Anexo I;
- 1.2. Será considerada aprovada na Prova de Conceito a empresa que demonstrar que a plataforma OBT ofertada atende aos requisitos listados no Anexo I e identificados como “Requisito obrigatório para a POC”;
- 1.3. A empresa melhor colocada será formalmente oficiada para, em um prazo de até 5 dias úteis, realizar a POC de forma presencial, podendo ser avaliada a apresentação por vídeo conferência.
- 1.4. Durante esses 5 dias úteis que antecedem o início da POC, a empresa deverá se preparar para a apresentação da POC, o que inclui a disponibilização do ambiente tecnológico com a solução configurada em infraestrutura tecnológica de sua responsabilidade, às suas expensas, já contemplando a instalação de todas as funcionalidades necessárias e a criação de cenários de uso necessários à comprovação mínima exigida no item 1.2 acima;
- 1.5. Após o término do prazo limite destacado no item 1.3, a empresa terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para a execução da Prova de Conceito;
- 1.6. Durante a POC a CBDU solicitará à empresa mais bem classificada a execução das funcionalidades presentes neste Termo de Referência, na sequência e com os dados que achar necessários, de forma que sejam comprovadas, *in loco*, que as funcionalidades atendem aos requisitos;
- 1.7. Durante a POC, a critério da equipe técnica da CBDU, poderão ser requisitadas comprovações, bem como a execução de testes adicionais para dirimir eventuais dúvidas quanto ao atendimento de quaisquer requisitos técnicos especificados neste Termo de Referência;
- 1.8. A Prova de Conceito - POC realizar-se-á em horário a ser definido pela CBDU, por meio de reunião virtual do Microsoft Teams, nas datas previamente agendadas e link para acesso à reunião previamente enviado pela CBDU;
- 1.9. A apresentação da POC será acompanhada por equipe da CBDU e deverá também ser acompanhada pelos técnicos especializados da empresa que realizará a POC, de forma a dirimir eventuais dúvidas levantadas e/ou resolver quaisquer problemas técnicos porventura encontrados durante a apresentação;
- 1.10. A empresa melhor classificada poderá requisitar tempo adicional, via justificativa formal e em tempo hábil, caso consiga comprovar que possíveis atrasos em sua apresentação foram ocasionados por problemas técnicos ocasionados pela CBDU. Caberá a CBDU avaliar de forma unilateral e discricional o pleito da empresa;

- 1.11. A empresa melhor classificada deverá preparar previamente, antes do início da POC, o ambiente e todos os componentes (cenários, massas de dados, roteiro de apresentação, configurações, parametrizações, customizações etc.) que irão fazer parte e/ou serão utilizados na apresentação da solução durante a Prova de Conceito;
- 1.12. A empresa poderá ser desclassificada, a qualquer momento durante a POC, mediante decisão fundamentada pela equipe da CBDU e assegurado o direito de defesa escrita, no prazo de 1 (um) dia útil a contar da abertura da possibilidade de defesa, caso reste configurada ações, por parte da empresa, que comprometam a realização da POC, tais como a protelação de sua apresentação, a falta de planejamento, a devida preparação prévia e/ou dificuldades técnicas graves;
- 1.12.1. O direito à ampla defesa de que trata o caput deste item deverá ser exercido pela empresa por meio da apresentação de relatório técnico, no qual deverão ser apresentadas suas razões de defesa. O relatório deverá ser enviado via e-mail (selecao@cbdubrasil.org.br) no prazo de até 02 (dois) dias contados do lavramento da ata da sessão, não qual foi proferida a desclasificação.
- 1.12.2. A CBDU terá até 02 (dois) dias úteis, contados do prazo final para recebimento do relatório citado no item 4.12.1, para decidir quanto ao acolhimento ou não da defesa apresnetada pela empresa.
- 1.12.3. Em caso de deferimento das razões apresentadas pela empresa, a POC será retomada em até 2 (dois) dias, com prazo de apresentação equivalente ao tempo remanescente no momento em que ocorreu a desclassificação.
- 1.13. Findo o prazo regulamentar estabelecido para realização da POC, caso a empresa não atinja os requisitos necessários para a aprovação, tal qual disposto no item 1.2, a empresa será considerada REPROVADA na POC sendo aplicável a hipótese recursal aplicada no item 1.12.1, haja vista que os requisitos exigidos representam a parcela mínima de funcionalidades necessárias para que a CBDU possa desempenhar as funções relacionadas ao objeto desta contratação;
- 1.13.1. A REPROVAÇÃO enseja à DESCLASSIFICAÇÃO da empresa.
- 1.14. Todas as licenças e infraestrutura necessárias à realização da Prova de Conceito são de responsabilidade da empresa mais bem classificada, não implicando em custos para a CBDU.
- 1.15. Será facultado às demais emrpesas o acompanhamento da Prova de Conceito, sendo tal acesso limitado a uma única pessoa por empresa, na condição de ouvinte, ou seja, não lhe será permitido qualquer interferência durante a realização da prova;
- 1.16. Em homenagem ao Princípio da Publicidade, previsto na Política de Compras da CBDU, a realização da Prova de Conceito - POC poderá ser filmada pela CBDU e, nessa hipótese, as imagens poderão ser disponibilizadas às emrpesas, mediante solicitação formal encaminhada para o endereço eletrônico selecao@cbdubrasil.org.br.
- 1.17. A equipe da CBDU terá a prerrogativa de solicitar a saída de pessoas que venham a interferir no

andamento dos trabalhos;

- 1.18. A empresa que abandonar a execução da Prova de Conceito, bem como descumprir os prazos e regras estabelecidos, será desclassificada, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 1.18.1. Sera considerado abandono a empresa que se ausentar da sessão por um período superior a 60 (sessenta) minutos; a empresa que solicitar o término antecipado da POC, sem o atingimento dos requisitos exigidos no item 1.2; a interrupção da apresentação causada pela empresa, por período superior a 60 minutos, sem justificativa e/ou solicitação prévia acatada discricionariamente pela CBDU, mesmo que estejam presentes na sessão representantes da empresa.
- 1.19. Concluídos os procedimentos de execução da POC pela empresa, o Pregoeiro encerrará a sessão e informará aos presentes a data de entrega do parecer técnico que será exarado pela equipe da CBDU contendo a decisão quanto ao atendimento da POC (APROVADO OU REPROVADO). O relatório técnico será entregue no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados do encerramento da sessão;
- 1.20. Todos os custos relacionados à execução da Prova de Conceito, incluindo aqueles eventualmente necessários para deslocamento, transporte e hospedagem da equipe da empresa, customização, parametrização, instalação e hospedagem da solução tecnológica e qualquer outra atividade necessária para que a empresa apresente a Prova de Conceito, são de inteira responsabilidade da empresa, não cabendo à CBDU qualquer tipo de remuneração à empresa referente às atividades de apresentação da POC.



ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em gerenciamento de viagens e eventos, para prestação de serviços no âmbito corporativo e em eventos de pequeno, médio e grande porte, para atender às necessidades da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa., a nossa proposta de preço relativa ao processo seletivo PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2022-CBDU, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma, bem como concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital, e declaramos, ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os serviços e/ou fornecimento dos produtos, e que atendemos plenamente às exigências de habilitação.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PARTICIPANTE (os dados de identificação da empresa participante só devem constar em sua proposta final, após a etapa de lances):

- a. RAZÃO SOCIAL:
- b. CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
- c. REPRESENTANTE E CARGO:
- d. CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
- e. ENDEREÇO e TELEFONE:
- f. AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Qtd. Estimada	V. Unitário	V. Total
1	1	Agenciamento de passagens.	Serviço	2500	R\$ 20,00	R\$ 50.000,00
	2	Taxa por serviços correlatos (percentual máximo)	Serviço	%	-	R\$

Obs.: A proposta deverá conter obrigatoriamente **VALOR TOTAL**.

Nos valores acima elencados e para a apresentação desta proposta, foram consideradas todas as informações e condições constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº. XX/2023 e seus Anexos.

Declaro que no preço proposto estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento do produto, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão de obra especializada ou não, segurança em geral,



equipamentos, ferramentas, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para o fornecimento do produto, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à CBDU, nem qualquer outro pagamento adicional.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Dados Bancários:

Banco: Agência nº: Conta Corrente nº:

Razão Social, CNPJ, telefone, e-mail e endereço da licitante:

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege o presente processo seletivo.

A proponente declara que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa n. 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.

VALOR DA PROPOSTA R\$ (valor por extenso):

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)



ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em gerenciamento de viagens e eventos, para prestação de serviços no âmbito corporativo e em eventos de pequeno, médio e grande porte, para atender às necessidades da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO, DE NÃO EMPREGO DE MENORES E DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO EDITAL.

A empresa _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que:

1. Em cumprimento ao disposto no artigo 4º, inciso VII, na Lei Federal nº 10.520/2002, cumpre plenamente os requisitos para habilitação fixados no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2022, portanto, apta a participar do certame;
2. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação na licitação em epígrafe, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em conformidade com a Política de Compras da CBDU
3. Não emprega menores com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesesseis) anos, para fins do disposto na legislação, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
RESSALVA: Emprega menor(es), a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
Observação: Preencher a ressalva acima, caso empregue menor na condição de “menor aprendiz”.
4. Que não se encontra inidônea e impedida de licitar e contratar com a administração pública ou, com a CBDU.
5. Conhecemos a responsabilidade quanto ao pagamento de taxa à Bolsa Brasileira de Mercadorias pela utilização de recursos de tecnologia da informação.

Local e Data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)
O número do CNPJ deverá ser o mesmo da empresa licitante.



ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em gerenciamento de viagens e eventos, para prestação de serviços no âmbito corporativo e em eventos de pequeno, médio e grande porte, para atender às necessidades da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Papel Preferencialmente Timbrado da Empresa Licitante)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A pessoa jurídica _____, com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por seu representante legal infra-assinado, Sr./Srª _____, RG nº _____, CPF nº _____, em cumprimento ao disposto no artigo 4º, inciso VII, na Lei Federal nº 10.520/2002, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que cumpre plenamente os requisitos legais para qualificação como **Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI**, portanto, apta a participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2022** e usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Brasília, ____ de _____ de 2023.

Assinatura, qualificação e carimbo (opcional)
- Representante Legal -



ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em gerenciamento de viagens e eventos, para prestação de serviços no âmbito corporativo e em eventos de pequeno, médio e grande porte, para atender às necessidades da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU

MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____, fornece (ou forneceu) _____ para este órgão (ou para esta empresa).

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.


Local e data

Assinatura e carimbo do emissor



ANEXO VI

FICHA DE CADASTRO DE FORNECEDOR

		CADASTRO DE FORNECEDOR	
Fornecedor: () Bens () Serviços () Ambos			
CNPJ/CPF:			
Razão Social:			
Endereço:			
Bairro:			
Cidade:			
UF:			
CEP:			
Telefone:			
FAX:			
E-mail:			
Responsável para Contato:			
Telefone do Responsável:			
E-mail do Responsável:			
Banco:		Agencia:	Conta Corrente:
Inscrição Estadual:			
Inscrição Municipal:			
Atividade Econômica:			
Cooperativa:		() Sim	() Não
Empresa Simples ou Retenções?			
Empresa Simples:		Sim	Não
(se sim, favor anexar a NF carta optante) (se não, preencher OS campos abaixo:)			
INSS:		Sim	Não
ISS:		Sim	Não
IR:		Sim	Não
PIS:		Sim	Não
COFINS:		Sim	Não
CSLL		Sim	Não
Outras:			
OBS:			
Declaro serem verídicas as informações acima.			
Assinatura e nome do representante legal:			



ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em gerenciamento de viagens e eventos, para prestação de serviços no âmbito corporativo e em eventos de pequeno, médio e grande porte, para atender às necessidades da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU

MODELO DE DECLARAÇÃO

Utilizar preferencialmente papel timbrado

Local, data.

DECLARAÇÃO DE MANUAL DE COMPLIANCE

A empresa XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, sociedade limitada/anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/0004-xx, com sede na xxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. (nome do profissional), inscrito no CPF sob o nº (número do CPF), vem, através da presente declarar que possui () manual de compliance (política anticorrupção) implementado junto a funcionários e colaboradores ou, () não possui manual de compliance implementado junto a funcionários e colaboradores.

Representante Legal
(Nome e cargo do representante legal da empresa)
Nome da Empresa



ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em gerenciamento de viagens e eventos, para prestação de serviços no âmbito corporativo e em eventos de pequeno, médio e grande porte, para atender às necessidades da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento, nesta e na melhor forma de direito, de um lado A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO (CBDU), associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.467.787/0004-46, no uso de suas atribuições legais, neste ato representada na forma de seu Estatuto, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada na forma de seu contrato social por _____, doravante denominada CONTRATADA, considerando que esta última sagrou-se vencedora do Processo Seletivo nº _____, têm entre si ajustada a prestação de serviços de _____, mediante as cláusulas e condições seguintes que mutuamente aceitam, outorgam e estipulam:

Cláusula Primeira: Objeto

(Conforme disposto no Edital)

Cláusula Segunda: Da execução dos Serviços

A execução do serviço deverá ser feita por profissionais pertencentes ao quadro de pessoal da CONTRATADA e observando as atribuições, leis e regulamentos próprios inerentes à função, com rigorosa observância das especificações técnicas, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº. XX/2023 e seus Anexos, partes integrantes deste Instrumento.

Parágrafo único: A descrição pormenorizada da prestação de serviço em epígrafe encontra-se disposta no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº. XX/2023, parte integrante deste Instrumento.

Cláusula Terceira: Obrigações da CONTRATADA e do CONTRATANTE

(Conforme disposto no Edital)

Cláusula Quarta: Do preço.

O CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA o valor de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

Cláusula Quinta: Da vinculação

Vinculam-se ao presente Contrato todas as regras e condições estabelecidas na Proposta Financeira da CONTRATADA, no Edital do Pregão Eletrônico n.º XX/2023, seus Anexos e adendos, caso haja, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento.

Cláusula Sexta: Do pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do material / serviço, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.

Parágrafo primeiro. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- i. Atestação de conformidade da entrega do(s) materiais/serviços;
- ii. Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- iii. Comprovação de regularidade com às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- iv. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Parágrafo segundo. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.

Parágrafo terceiro. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Parágrafo quarto. Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re)apresentação, devidamente regularizadas.

Parágrafo quinto. A CBDU se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

Parágrafo sexto. A CBDU poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

Cláusula Quinta – Do Reajuste

O presente Contrato não sofrerá reajuste durante o 1º (primeiro) ano de vigência, qualquer que seja a justificativa, salvo por disposições legais.

Parágrafo único. Havendo interesse na renovação, o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento do Contrato em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

Cláusula Sexta – Da gestão



A gestão do presente Contrato será realizada pelo CONTRATANTE, por intermédio do(a) Diretor Financeiro, em função do objeto estar vinculado àquela Diretoria.

Cláusula Sétima – Da proteção de dados

A CBDU declara que todos os dados pessoais coletados para os fins da execução deste edital serão tratados em conformidade com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.

Parágrafo único. O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Edital, após o qual serão permanentemente excluídos.

Cláusula Oitava – Das penalidades

(Conforme Edital)

Cláusula Nona – Disposições Gerais

De acordo com a legislação vigente, o Contrato poderá sofrer acréscimos e reduções, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nas mesmas condições contratadas. Caso acordado entre as partes, as reduções poderão ultrapassar esse limite.

Parágrafo primeiro. Fica expressamente proibido à CONTRATADA subcontratar outras empresas para realizar o objeto deste Contrato, a não ser com expressa autorização do CONTRATANTE

Parágrafo segundo. Durante a vigência deste Contrato, qualquer comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito.

Parágrafo terceiro. Toda e qualquer alteração contratual só poderá ser realizada por meio de Termo Aditivo.

Parágrafo quarto. Além das obrigações previstas no presente Edital, a CONTRATADA é responsável por danos causados por negligência, imperícia ou imprudência, causados a terceiros, nos termos do arts. 186 e 927 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo quinto. Os casos de incorreções que apresentem vícios de ilegalidade ensejarão a rescisão do contrato.

Cláusula Décima - Foro

Fica eleito o Foro de Brasília - DF, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente Contrato.



**Confederação
Brasileira
Do Desporto
Universitário**

CBDU

Folha nº

Rub. _____

E por estarem de acordo, assinam, digitalmente/eletronicamente, o presente Instrumento para que se alcancem os efeitos jurídicos desejados, ficando garantido à CONTRATADA a possibilidade de assinatura em meio físico, caso não possua assinatura com certificação digital.

Brasília – DF, ____ de _____ de 2023.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO
CONTRATANTE

CONTRATADA



ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em gerenciamento de viagens e eventos, para prestação de serviços no âmbito corporativo e em eventos de pequeno, médio e grande porte, para atender às necessidades da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA INTERLIGADO

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), CNPJ nº _____ interessado em participar do Pregão Eletrônico em epígrafe, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) disponibilizará sistema interligado diretamente com os sites das empresas aéreas do país, das principais empresas internacionais e principais sistemas GDS (Global Distribution System) ou CRS (Central Reservation System), tais como Wooba, Reserve ou Argo, com a possibilidade de incluir todas as empresas que possuam ou venham a possuir tarifas-acordo com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário - CBDU.

Local e data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração, elaborada em Papel Timbrado da Empresa, deverá ser enviada, quando solicitada pelo pregoeiro e apenas para a empresa detentora de melhor proposta.



ANEXO X

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em gerenciamento de viagens e eventos, para prestação de serviços no âmbito corporativo e em eventos de pequeno, médio e grande porte, para atender às necessidades da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA DE AGENDAMENTO
(SELF-BOOKING E SELF- TICKETING)**

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), CNPJ nº _____ interessado em participar do Pregão Eletrônico em epígrafe, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) Disponibilizará ferramenta de auto agendamento (self-booking e self-ticketing), interligado com as bases de dados e sites das companhias aéreas, compatível com as exigências contidas neste edital.

Local e data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração, elaborada em Papel Timbrado da Empresa, deverá ser enviada, quando solicitada pelo pregoeiro e apenas para a empresa detentora de melhor proposta.



ANEXO XI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em gerenciamento de viagens e eventos, para prestação de serviços no âmbito corporativo e em eventos de pequeno, médio e grande porte, para atender às necessidades da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

DECLARAÇÃO DE REPASSE

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal da empresa (nome empresarial), CNPJ nº _____ interessado em participar do Pregão Eletrônico em epígrafe, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) Repassaremos a Confederação Brasileira do Desporto Universitário - CBDU, as vantagens e/ou bonificações obtidas em decorrência das emissões de bilhetes, seguro-viagem ou reservas em hotéis.

Local e data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração, elaborada em Papel Timbrado da Empresa, deverá ser enviada, quando solicitada pelo pregoeiro e apenas para a empresa detentora de melhor proposta.



ANEXO XII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em gerenciamento de viagens e eventos, para prestação de serviços no âmbito corporativo e em eventos de pequeno, médio e grande porte, para atender às necessidades da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO SERÁ ACRESCIDO QUALQUER ENCARGO

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), CNPJ nº _____ interessado em participar do Pregão Eletrônico em epígrafe, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) Não será acrescido qualquer encargo, tal como D.U. (Taxa de Serviço) ou qualquer tipo de sobretaxa sobre o valor líquido da passagem aérea como forma de remuneração pelos serviços prestados, sendo a CONTRATADA remunerada única e exclusivamente por meio de Taxa de Transação (Transaction Fee).

Local e data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração, elaborada em Papel Timbrado da Empresa, deverá ser enviada, quando solicitada pelo pregoeiro e apenas para a empresa detentora de melhor proposta.